

27 de fevereiro de 2018

RESUMO

A América Latina ocupa o topo do ranking das regiões mais violentas do mundo, fenômeno que é agravado pela presença de crime organizado e uma grande concentração de armas — aproximadamente 70% dos homicídios na região são cometidos com uso de armas de fogo. A alta frequência e a intensidade com que latino-americanos experienciam o fenômeno da violência é a motivação para inferirmos que a criminalidade é um condicionante em potencial do comportamento político dos cidadãos nas democracias latinas. Num contexto de democracias incipientes, com histórico de experiências autoritárias, parte importante do eleitorado é motivado pela adesão utilitária à democracia, na qual benefícios socioeconômicos são definidores do apoio. A constituição de uma cultura política pró-democrática envolve um processo gradual de transição de um arranjo social hierarquizado para um arranjo descentralizado das decisões políticas. Nessa dinâmica, a confiança interpessoal é um dos principais mediadores da formação de laços sociais duradouros, a partir dos quais as regras e instituições sociais poderão emergir horizontalmente. Por um lado, num contexto de altas taxas de criminalidade, que impõem grandes custos sociais para as sociedades, é esperado que a violência reduza a satisfação dos cidadãos com o regime. Por outro, situações de risco afetam as atitudes e as expectativas dos adultos. Como forma pessoal de proteção, cidadãos tendem a adotar estratégia de engajamento restritivo e seletivo nas interações sociais como forma de prevenção. Todavia, uma vez que o comportamento dos pais desempenha influência significativa na constituição cognitiva dos filhos, o que se manifesta como estratégia para os pais consolida-se como valor para os filhos. Na medida em que a suspeição e o ceticismo são restritivos de manifestação de altruísmo e cooperação — o que definimos como Otimismo, as novas gerações tendem a ser menos democráticas quando há intensa Vitimização. Com isso, partimos da hipótese de que a violência tem efeito negativo indireto sobre a Adesão à Democracia, na medida em que reduz Otimismo. Para testá-la, utilizamos dados do Barômetro das Américas, do ano de 2014, de 14 países representativos de 85% da população da região, para estimar um Modelo de Equações Simultâneas (SEM). Como resultado, encontramos evidência de que Vitimização tem efeito indireto significativo sobre Adesão à Democracia, apesar de brando. Estimando o SEM por país, em 8 dos 14 países da amostra a Vitimização teve efeito significativo. Por fim, identificamos um relação inversamente proporcional entre efeito da Vitimização e Taxa Nacional de Homicídios.

Palavras-chave: violência, democracia, comportamento político

1 Introdução

Segundo o relatório *Global Study on Homicide* (2014), a violência é um fenômeno social bastante polarizado: o conjunto dos países mais violentos concentra 11% da população mundial e 46% do número total de homicídios. Do ponto de vista da distribuição territorial da violência, duas regiões destacam-se por concentrarem grandes proporções dos crimes: América Latina e África, ambas berço de jovens democracias com experiências autoritárias em sua história recente.

Quando levamos em consideração fatores qualitativos da taxa de homicídios, os países latinos ocupam um lugar de destaque: aproximadamente 70% dos homicídios na região são cometidos com uso de armas de fogo. Uma alta prevalência de armas na sociedade está associada a uma tendência persistente da violência, uma vez que há alta propensão para que conflitos civis evoluam rapidamente para mortes, devido ao alto poder de letalidade. Além disso, armas de fogo são insumos para atividade de grupos criminosos, que competem entre si e contra a repressão governamental para ampliar seu domínio. O caso marcante da Colômbia, durante as décadas de 70, 80 e 90, expôs os grandes problemas sociais advindos da atividade do narcotráfico. Nesse tipo de mercado, o crescimento das firmas está diretamente associado à ampliação do número de mortes causadas por grupos paramilitares (UNODC, 2017).

A América Latina também possui um contexto favorável aos condicionantes estruturais do crime. Ao longo do século XX, a região acumulou défices nas taxas de escolarização da população, na redução da desigualdade social e da pobreza, na estrutura do mercado de trabalho, na infraestrutura urbana e na eficiência do sistema punitivo, em comparação às metas internacionais (FAJNZYLBBER; LEDERMAN; LOAYZA, 1998; AYRES, 1998). As soluções implementadas, ou ausência de ação governamental, possibilitaram que o efeito das defasagens produzisse arranjos sociais violentos e com traços autoritários, responsáveis pela ausência da constituição de uma cidadania igualitária entre os cidadãos. Altas taxas de violência também são responsáveis por uma tendência de retroalimentação do crime que torna o fenômeno duradouro. Devido às suas proporções e historicidade, a violência integra o *puzzle* do desenvolvimento latino americano, uma vez que tem efeito significativo sobre a estrutura produtiva dos países (PERDOMO; CASTILLO; TORRES, 2016).

O legado autoritário e os problemas sociais integram um conjunto de entraves para a consolidação da democracia na América Latina. Apesar da adoção de uma nova institucionalidade após as transições para a democracia, que proíbe a concentração nominal de poder, na maioria dos países da região predomina um comportamento político cujos valores e preferências não estão em consonância com o regime democrático. Em regimes autoritários, os quais excluem a participação dos cidadãos na agenda do governo, a preferência pelo regime é condicionada pelos benefícios socioeconômicos propiciados pela elite. Por outro lado, em regimes democráticos, o engajamento da população é fator decisivo para a eficiência das instituições públicas (INGLEHART, 1988; INGLEHART; WELZEL, 2005). Devido a isso, os indicadores socioeconômicos ruins, em especial, a criminalidade, têm efeito negativo sobre a adesão à democracia, prejudicando a qualidade do regime.

Partindo dessa premissa, alguns trabalhos prévios estimaram o efeito da Vitimização sobre o apoio à democracia na América Latina. Ceobanu, Wood e Ribeiro (2010), Fernandez e Kuenzi (2010), Carreras (2013) e Corbacho, Philipp e Ruiz-Vega (2015) encontraram evidências que os custos soci-

oeconômicos da violência têm efeito significativo sobre a manifestação de preferência pelo regime, sobretudo nos países cujas taxas de criminalidades são mais elevadas. Num contexto no qual o engajamento na defesa do regime tem baixo retorno em utilidade para os indivíduos, a apatia política se generaliza na população, distanciando governo e sociedade civil. Seligson e Booth (2010) apontaram, ainda, que elevações nas taxas de criminalidade podem favorecer a emergência de soluções autoritárias para o problema da violência. No caso de Honduras, o golpe militar que destituiu Manuel Zelaya foi precedido por uma redução da preferência pela democracia e aumento da aceitação de transições autoritárias.

Nesta monografia, pretendemos testar o impacto da Vitimização sobre a Adesão à Democracia levando em consideração um vetor indireto de efeitos: a socialização das novas gerações. Devido à grande proporção com que latino americanos experienciam a violência, esperamos que a Vitimização gere um ambiente desfavorável para constituição das bases cognitivas dos valores democráticos. Putnam (2000, 2001) apontou evidências de que a confiança interpessoal está associada à construção de laços entre os indivíduos e, conseqüentemente, ao engajamento na coletividade e ao exercício dos rituais democráticos. A propensão a manifestação de altruísmo — o que conceituaremos como Otimismo — é uma característica individual que, quando presente em nível significativo na sociedade, favorece a cooperação e estabelecimento de confiança. Na medida em que Vitimização induz medo e ceticismo nas interações entre os adultos, que buscam se precaver de crimes, também desfavorece a emergência de Otimismo nas crianças e, por transitividade, a Adesão à Democracia.

2 As bases socioculturais da democracia

A premissa de que valores e comportamentos dos cidadãos exercem um efeito relevante na eficiência e estabilidade dos sistemas políticos possui um acúmulo consistente de literatura e é fundamentada por um bom conjunto de evidências. Um dos primeiros trabalhos que marcaram a formação teórica desse campo de estudos — denominado de comportamento político — foi a obra *The civic Culture* de Almond e Verba (1963). No trabalho clássico, os autores buscam estabelecer um entendimento acerca das bases culturais para o estabelecimento da democracia nos países. A conclusão, carregada de algum grau de determinismo cultural, é que a terceira onda de democratização, que abrangeu os países latino americanos e África, ocorreu de modo acelerado por meio da implantação de instituições democráticas o que, nos países latinos, devido às preferências personalistas do eleitorado na qual partidos políticos e programas ideológicos desempenhavam baixo apelo para opinião pública, gerou uma democracia de performance limitada. Segundo os autores, sem um conjunto de crenças e valores comuns que estructurem as preferências dos eleitorado de modo avaliativo, a democracia assume traços “paroquiais”, na qual os cidadãos exercem pouco constrangimento sobre os mandatos.

Os esquemas de análise de Almond e Verba (1963), todavia, fazem um recorte das dinâmicas sociais privilegiando a análise dos padrões de participação política, distanciando-se da discussão acerca da relação entre atitudes políticas e comportamento geral das pessoas. Estudos sobre comportamento político mais recentes tendem a adotar uma abordagem mais complexa das dinâmicas políticas, assimilando como objetivo “contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos,

destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão” (BORBA, 2005). Nesse sentido, as preferências e as atitudes dos cidadãos são consideradas sensíveis a fatores de ordem socioeconômica e histórica, e esses condicionantes globais modelam a gramática das relações sociais de uma população, inclusive, seus arranjos políticos.

Comunidade e democracia, de Putnam (2000), é um marco das novas abordagens do comportamento político dos cidadãos. Em sua pesquisa sobre a experiência da Itália moderna, a qual envolveu os determinantes da eficiência institucional, encontrou correlação significativa da eficiência das instituições com civismo — medido pelo engajamento da população em associações comunitárias e a crença nos partidos políticos — e com grau de modernização da província. Como uma das conclusões sugeridas por Putnam, a eficiência institucional estaria atrelada a capacidade das comunidades construírem laços que permitam que os grupos coordenem ações conjuntas e constituam regras comuns que regulem a conduta dos indivíduos, o que conceituou como capital social. Resultados mais recentes convergem para essa explicação na medida em que nas democracias mais maduras, a baixa confiança nas instituições políticas ocorre de forma concomitante à desconfiança generalizada (PUTNAM, 2001).

A legitimidade democrática, na perspectiva lançada por Putnam, é resultado de um sistema mais amplo de confiança interpessoal que permite a cooperação dos indivíduos e a cristalização de normas e costumes no formato de instituições sociais. Anteriormente, Durkheim (1893) havia argumentado que a sociedade é uma categoria macrosocial utilizada para diferenciar as atitudes individuais das estruturas coletivas que condicionam os indivíduos. Como um “cimento social” que agrega os agentes num grande sistema de divisão social do trabalho, as instituições e as normas simplificam a complexidade da sociedade e favorecem o desenvolvimento humano.

Já na investigação empreendida por Dahl (1997), os processos de consolidação da democracia revelaram-se mais favoráveis em regiões de baixa fragmentação cultural, visto que esse seria um elemento que dificultaria a formação de representações amplas que competissem harmoniosamente. Quanto mais distantes ideologicamente elites políticas estão, maior é a sensação das clivagens sociais que não foram vitoriosas no processo eleitoral de que elas serão privadas dos benefícios públicos, visto que o programa de governo se distanciará das suas demandas. Tocqueville (1998), nesse sentido, apontou a importância do protestantismo para o surgimento da democracia nos EUA. O protestantismo funciona como bússola moral que carrega dois princípios de uma teoria fundamental das práticas sociais: o individualismo e o voluntarismo. O primeiro é consoante com a ideia de destituir aristocracias e substituí-las por elites eleitas pelo voto. Já o segundo, é fator necessário para que a centralização do poder possa ser superada sem que a sociedade se dissolva em conflitos fragmentários. Partidos políticos e imprensa, enquanto reguladores e difusores da opinião pública, funcionam melhor na medida em que são incorporados pela cultura associativista.

A coesão das comunidades políticas está associada à constituição de laços sociais amplos que unem indivíduos em torno de projetos comuns, nos quais recursos individuais serão empregados para realização de ações coletivas — é a essa propriedade dos grupos que Putnam definiu como capital social. Como aponta Reis (2003), o capital social representa uma forma de superar problemas inerentes à ação coletiva. Dado que indivíduos não possuem incentivos racionais para empregar

recursos a fim de obter benefícios públicos, uma vez que arriscam não conseguir a reciprocidade dos outros membros do grupo (OLSON, 1999), as soluções para angariar cooperação em larga escala, no caso de estados nacionais, são a coerção estatal ou a confiança interpessoal generalizada.

O artigo de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns exemplifica um problema de impasse na ação coletiva. É comum a existência nas diversas sociedades modelos de propriedade caracterizadas por pertencerem ao Estado, e portanto são públicas, ao passo que o consumo dos seus recursos se dá de forma privada — uma floresta pública na qual cidadãos podem extrair madeira é um exemplo típico desse modelo de propriedade. Como Hardin argumenta, a tendência geral do uso dessas propriedades é devastadora. Dado que o ambiente necessita de uma taxa de consumo menor do que a de restituição da vegetação para que ele permaneça estável, é necessário que todos os indivíduos restrinjam sua extração, conjuntamente. Caso apenas poucas pessoas poupem, o efeito agregado dessa atitude se dilui e é inefetiva. O problema é que do ponto de vista de cada indivíduo, ninguém tem garantia de que todos os outros irão fazer o mesmo, e que, portanto, seu esforço pela preservação não será em vão. Além disso, mesmo que a comunidade alcance o nível de exploração estável, alguém sem os entraves de uma moralidade inabalável pode aproveitar-se do baixo efeito da sua atitude individual para consumir mais madeira do que deveria, aproveitam-se do esforço coletivo. Dadas essas condições, a solução proposta por Hardin para resolução de uma grande quantidade de problemas impasses era a regulação estatal, a qual deveria atuar controlando a exploração dos bens comuns, estabelecendo contas e punindo desertores, por exemplo. Ostrom (2015), por outro lado, argumentou, com base em pesquisa empírica em pequenas comunidades campesinas, que problemas de ação coletiva são solucionados em nível local por meio da formação de regras sociais reafirmadas por todos os membros os quais internalizam um senso de propósito com a coletividade que coíbe impulsos egoístas e utilitários. Portanto, uma saída possível para os problemas de impasse estava na capacidade endógena dos grupos de produzirem cooperação.

As duas saídas para os problemas de impasse na ação coletiva — a coercitiva, apontada por Hardin, e a solidária, apontada por Ostrom — dão pistas para inferir que não apenas funcionam como saídas pontuais para problemas sociais, mas também estabelecem os dois tipos de fundamentais de arranjo social: o autoritário e o cooperativo. Um trecho da conclusão de Hardin (1968) revela que a saída do impasse na gestão dos bens comuns perpassa não apenas a implementação de leis mais também a adoção de um novo princípio de liberdade dos cidadãos:

Every new enclosure of the commons involves the infringement of somebody's personal liberty. Infringements because no contemporary complains of a loss. It is the newly proposed infringements that we vigorously oppose; cries of "rights" and "freedom" fill the air. But what does "freedom" mean? When men mutually agreed to pass laws against robbing, mankind became more free, not less so. Individuals locked into the logic of the commons are free only to bring on universal ruin; once they see the necessity of mutual coercion, they become free to pursue other goals. I believe it was Hegel who said, "Freedom is the recognition of necessity." (HARDIN, 1968)

Pelas proposições de Hardin, é necessária uma redução da liberdade dos cidadãos em prol da estabilidade, não apenas das instituições públicas para o modo de vida ocidental contemporâneo. Isso implica numa redesenho da política de modo a centralizar decisões sobre parte dos recursos públicos. Por outro lado, as proposições de Ostrom tiveram implicações que redefiniram as perspectivas de

formação de cooperação entre os indivíduos. Em grande medida, seus resultados implicaram numa visão mais otimista com relação à capacidade das sociedades de superarem problemas de ação coletiva, descentralizadamente, dado determinado contexto social.

A relação entre o estoque de capital social de uma comunidade política e sua institucionalidade possui não apenas um vínculo operacional isolado temporalmente, como no caso de uma decisão por uma política pública para contornar problemas de ação coletiva, mas também estabelece um vínculo relevante com a história de um país. O fenômeno da persistência da trajetória, ou seja, a influência das condições estabelecidas no passado sobre as possibilidades de mudança para o futuro, pode ser explicado a partir das noções estabelecidas por Coleman (1994). Dado que as dinâmicas sociais necessariamente emergem do nível microssocial, é no processo de cooperação e competição entre indivíduos que as características dos sistemas sociais emergem. Um alto grau de desconfiança na sociedade favorece um alto nível de competição nas relações sociais, o que tende a gerar, como contrafinalidade, assimetrias nas distribuições de recursos que serão transferidas para o sistema político. Já o contrário, tende a um equilíbrio no qual o altruísmo é predominante nas relações, favorecendo a horizontalidade decisória.

Em sociedades marcadas por uma tradição autoritária, é esperado maior nível de desigualdade social, uma vez que, sem mecanismos democráticos que permitam que parcelas mais pobres da população requisitem leis e políticas que favoreçam a distribuição de recursos — como salário mínimo e programas de assistência social, o estrato dominante da sociedade transfere seus recursos, políticos e econômicos para a geração seguinte, ampliando as distorções (DAHL, 1997). Tocqueville (1998) aponta os riscos da desigualdade de renda para a democracia argumentando que as camadas mais ricas tem maior capacidade de influenciar o processo eleitoral e, portanto, ter seus interesses representados. Num ambiente favorável para elite há maiores condições para ampliação da desigualdade e, por consequência, distorções ainda maiores para a democracia. Nesse contexto, os recursos da sociedade se concentram em uma minoria, ao passo que a maioria das pessoas disputa intensamente uma parcela limitada dos recursos. Assim, desigualdade converte-se em ausência de cooperação e corrosão dos níveis de capital social horizontalizado de um grupo (COLEMAN, 1994).

Axelrod e Hamilton (1981) desenvolveram um trabalho seminal, a partir de algoritmos computacionais baseados na ação estratégica dos indivíduos, que permitiu uma resposta robusta sobre o que faz as pessoas cooperarem. Num teste que envolve a competição entre algoritmos em jogos do Dilema do Prisioneiro — como uma simulação de um ambiente evolucionário — o modelo denominado *Tit-for-Tat* apresentou os melhores desempenhos. No código que estruturava sua estratégia iterativa, o algoritmo apresentava alto grau de adaptação às estratégias adversárias: iniciando as jogadas de forma altruísta, respondia as interações subsequentes exatamente como o adversário o fez na jogada anterior: se o adversário havia desertado, desertava, se cooperado, cooperava. Essa arquitetura propiciava dois tipos gerais de equilíbrio no sistema: cooperação ou deserção generalizadas.

Das conclusões que podem ser extraídas dos resultados de Axelrod e Hamilton (1981), uma merece destaque: assumindo um sistema no qual formação e destruição de cooperação é controlada por fatores estritamente endógenos, o comportamento altruísta possui uma vantagem natural sobre o desertor. Como argumenta Dawkins (1976), apesar de desertores possuírem vantagem nas interações

a curto prazo, uma vez que se beneficiam das relações com cooperadores, uma população na qual os níveis de cooperação são muito baixos provavelmente irá fracassar. Problemas de ação coletiva levam populações animais a extinção, se não superados, pois soluções individuais para problemas complexos de sobrevivência são menos prováveis que soluções que envolvam grupos e, consequentemente, divisão de tarefas e acúmulo de recursos. No caso de um indivíduo altruísta, apesar da vulnerabilidade a desertores, sua probabilidade de sobrevivência tende a ser maior, visto que, na interação com outros altruístas é capaz de estabelecer um equilíbrio de cooperação estável.

A memória e o boato, ou seja, a informação compartilhada sobre o comportamento dos outros agentes, são potenciais construtores de confiança (OHTSUKI et al., 2006; DUNBAR; SHULTZ, 2007; AQUINO, 2008). Isso ocorre porque indivíduos podem otimizar suas relações se utilizando de informação prévia sobre os agentes, e, assim, cooperando com aqueles que possuem histórico de altruísmo e desertando com os que possuem histórico de deserção. Esse processo que envolve a formação de estigmas é parte significativa da estabilidade de sistemas sociais, pois imputa aos indivíduos uma responsabilidade estendida das suas ações, as quais não apenas estão sujeitas a punição por parte daqueles que foram enganados, mas também de todo o grupo. A coerção das comunidades tem efeito direto sobre o comportamento individual, reforçando as regras e instituições nas quais a maioria foi socializada (TOMASELLO, 1999, 2009). Nesse contexto, assumir comportamento altruísta possui o benefício de construir uma boa fama e aumentar suas chances de se beneficiar com a cooperação.

Aquino (2008) replicou, em 2003, as versões do modelo de Axelrod e Hamilton (1981) buscando investigar a formação de cooperação entre agentes virtuais e apontou, como resultado, um efeito importante, para a formação de cooperação, não apenas das metanormas, ou seja, das regras sociais mas também do tamanho populacional:

Assim como em Axelrod (1997), quando o jogo da Ação Coletiva está sendo jogado sem normas, os agentes têm apenas descaramento. Incluindo normas (e metanormas), os agentes também tinham vingatividade. Em todos os casos, o *descaramento* de um agente determinava sua probabilidade de cooperar ou desertar: o programa gerava um número aleatório entre 0 e 1 e o agente cooperava se o número fosse maior do que sua propensão a ser descarado.

Sem normas e metanormas, como esperado, a cooperação não evoluiu em nenhuma das simulações. Se o jogo incluísse normas, os vizinhos poderiam decidir punir ou não os desertores, sendo a probabilidade de punição dependente da propensão do agente a ser vingativo para com os desertores. Em conformidade com o modelo de Olson e com os resultados encontrados por Axelrod, quanto maior o mundo, mais difícil era a continuidade da cooperação. (AQUINO, 2008)

Isso é, em parte, explicado porque, apesar das evidências de que grupos humanos são capazes de superar dilemas de ação coletiva e construir confiança, temos motivos para crer que a confiança interpessoal possui diferentes aspectos e que não apresenta, em absoluto, efeito positivo sobre a formação de uma teia de cooperação em proporções nacionais e, portanto, sobre a consolidação e estabilidade das instituições democráticas. Putnam (2001) argumenta que o capital social tem duas manifestações principais: capital social do tipo ponte e do tipo fechado. No primeiro, a manifestação de confiança é generalizada na sociedade e no segundo, a confiança restringe-se aos membros de grupos, ou seja, isolada. Em modelos nos quais o espaço de interação é fixo, os agentes estão atrelados a um mesmo espaço virtual de interação, e, consequentemente, a cooperação evoluir em conjunto, ao

passo que nos modelos de Ohtsuki et al. (2006), onde uma variável para o grau de amplitude espacial foi incluída, a cooperação conseguiu se estabelecer em grupos maiores na medida em que o contato entre os indivíduos era mais restrito. O desafio da consolidação democrática é, portanto, gerar um ambiente que favoreça a construção de uma cooperação em nível nacional ao passo que a fragmentação da sociedade seja superada e os diversos grupos se integrem.

O desafio da constituição de uma cultura política pró-democrática é, por esses motivos, maior nas democracias recentes, emergentes da terceira onda democrática. Tomando o caso da América Latina, sua tradição democrática interrompida por transições autoritárias de regime tende a dificultar a consolidação da democracia nos países. O'Donnell (1994) argumenta que fatores históricos, que remontam à trajetória do sistema social de um país, desempenham efeito decisivo para o desempenho da democracia, a despeito do estabelecimento de uma constituição democrática formal. Segundo o autor, para que instituições democráticas se consolidem e constituam um círculo virtuoso, no qual a tomada de decisão do regime é condicionada pela opinião pública, é necessário que cidadãos incorporem um comportamento político participativo, no qual indivíduos produzam opiniões sobre as medidas discutidas na política, que, por sua vez, possam se agregar por vias institucionais e gerar accountability vertical. Nas democracias latinas, a exclusão da população da política tende a gerar, no contexto de democracia, atitudes contemplativas dos projetos presidenciais, onde o accountability vertical é mínimo. A esse tipo de regime democrático, O'Donnell atribui a definição democracia delegativa.

Os indicadores de uma trajetória política marcada por baixa contestação popular e inclusividade das massas nos processos democráticos podem ser observados tanto a partir dos números dos indicadores das suas causas e como dos seus efeitos. Entre 1930 e 1980, 37 países que fazem parte da América Latina sofreram 277 transições de regime, sendo 37,5% delas promovidas por golpes militares (VALENZUELA, 1994). Tomadas violentas de poder, não raramente apoiadas por regimes externos, fazem parte do grupo de fatores exógenos que, ao longo do século XX, promoveram interrupções no processo de consolidação e habituação democrática. Durante o período marcado pelas décadas de 60 a 80, houve um significativo salto no número de transições autoritárias, em grande medida, derivadas da polarização geopolítica vivenciada pela Guerra Fria. Como aponta Valenzuela (1993), o apoio dos EUA e da URSS para elites militares locais foi um fator decisivo para concentrar grande poder decisório em uma parcela muito restrita da população, que se utilizou de força para hegemonizar um projeto político.

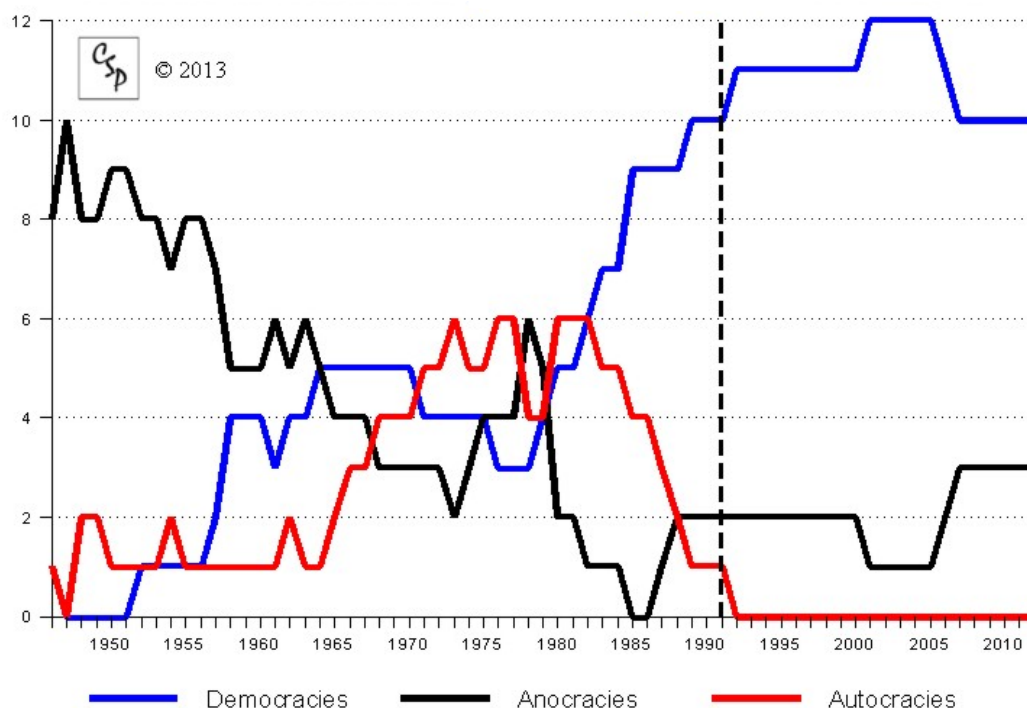
É certo que tanto a constituição como a herança de regimes militarizados é variada, uma vez que os diversos formatos de organização dos grupos implicam em maior ou menor estabilidade e maior ou menor capacidade de transmissão geracional do poder Geddes (2001). Essa multiplicidade de contextos herdados pela América Latina, contudo, encontra um ponto de convergência: a limitação da participação popular na atividade política. Power e Jamison (2005) apontam, a partir de dados do Latinobarômetro, que latino-americanos possuem níveis baixos de confiança em “quase todos os tipos de instituições sociais, políticas e econômicas”, cuja única exceção é a Igreja, que ao longo da série histórica de 1996 à 2003 manteve nível médio de apoio entre 70% e 75%. Do ponto de vista da confiança nas instituições políticas, os indicadores tendem a ser especialmente críticos. Dentre as

causas apontadas pelos autores para o baixo apoio ao estamento político, uma se sobressai entre os entrevistados: a percepção de que o governo age para favorecer minorias.

Ao longo do século XXI alguns governos se elegeram a partir de momentos de crise de representatividade nas sociedades latinas. Entre as suas promessas políticas estava a defesa de mecanismos de participação ampliada da população. Pérez Flores, Cunha Filho e Coelho (2010) apontam exemplos de proposições formais que foram incorporadas às constituições da Bolívia, Venezuela e Equador, as quais implementaram localmente mudanças que atuaram na direção contrária à tendência histórica, contudo temos motivos para crer que essas foram mudanças circunstanciais e que, em outros países da região, transições de regime não militarizadas, mas questionáveis, representaram marcos no sentido posto, como no caso Paraguai (MARTÍNEZ-ESCOBAR; SÁNCHEZ-GÓMEZ, 2015) e Honduras, após uma virada à esquerda de Manuel Zelaya (CUNHA FILHO; COELHO; PÉREZ FLORES, 2013).

É possível observar as mudanças e transições de regime na América do Sul, identificadas analiticamente por um bom conjunto de pesquisadores, do ponto de vista das métricas que visam mensurar e classificar os tipos de regime na região. O Polity VI é um banco de dados que registra características da grande maioria dos Estados independentes com população superior a 500.000 habitantes, de 1800 até 2015. A partir de uma grande gama de pesquisadores locais e internacionais, relatórios que incorporam diversas características da dinâmica política em um país são transformados em uma índice de “Escore Político”, o qual varia entre - 10 e + 10, sendo os países com valor menor que - 5, para o índice, categorizados como autocracia, países com valor entre - 5 e + 5, a ‘anocracia’ e países com valor superior a 5, democracia. Anocracias são democracias de baixo desempenho, que possuem características liberais, mas resguardam componentes autoritários. Na Figura 2 podemos observar que, apenas a partir da década de 80, democracias superaram em número as anocracias e autocracias. O reveses políticos recentes, podem ser identificados a partir do aumento do número de anocracias após 2005. Assim, é possível observar, de forma geral, a frágil e recente tradição democrática na América Latina, que possui a baixa competitividade democrática e a concentração de poder político como regra.

Figura 1: América do Sul: Regimes Políticos dos Países por Tipo



Fonte: Polity IV (2013)

A predominância de uma democracia delegativa entre países latinos aproxima o comportamento político dos cidadãos do modelo previsto pela teoria elitista da democracia. Isso não quer dizer, todavia, que nos países que estão em processo de consolidação democrática o comportamento e as atitudes dos cidadãos não seja um fator relevante para a estabilidade do regime. Mesmo que a representação política induza um componente de centralização das decisões políticas, é possível observar diferenças quando comparamos regimes nos quais há maior ou menor participação. A distinção, em comparação às democracias consolidadas, é que em contextos nos quais o regime descentralizado e igualitário não foi incorporado completamente ao cotidiano dos cidadãos, a população tende a ter o apoio ao governo e ao regime condicionado pelos benefícios socioeconômicos propiciados pelos governos, isso porque julga a eficiência do novo regime a partir da experiência estabelecida no regime anterior, no qual a participação não era critério. Ou seja, não é trivial, para qualidade do desempenho do regime, que entre dois grupos de países um possua maior adesão a democracia como algo digno de valor em comparação ao outro.

Campello e Zucco Jr (2016) encontraram evidências de que o desempenho econômico é fator exógeno significativo da popularidade de um presidente, e que, na medida em que há baixos índices de integração política e econômica na região, o julgamento da habilidade dos governantes tende a ser feito em termos absolutos, e não relativos. Essas evidências recentes convergem com a investigação feita por Borba (2005) para o caso brasileiro, na medida em que encontra em revisão de literatura sobre o comportamento eleitoral entre brasileiros, evidências que indicam uma baixa sensibilidade a elementos ideológicos e um apelo materialista que, anterior a modernização do Estado, manifestava-se como patrimonialismo, e, posteriormente, como voto econômico.

Rennó et al. (2011) apontaram, com base em dados do Barômetro da Américas, que o fenômeno da desigualdade social e discriminação são latentes nas Américas Latina. O fenômeno histórico da colonização deixou marcas que perduraram ao longo da trajetória histórica da região, gerando cidadanias fragmentadas pela estratificação social. Nos resultados que encontraram testando o efeito de variáveis sociodemográficas sobre a probabilidade de ser alvo de discriminação, encontraram evidências de que cor e gênero são fortes condicionantes da vitimização por esse tipo de crime. Como efeito indireto dessa dinâmica, os autores apontaram que a confiança nas instituições públicas tende a ser heterogênea na sociedade, gerando entraves para formação de cooperação coletiva.

Uma experiência heterogênea da democracia, condicionada por discriminação e exclusão de alguns grupos sociais, tende a gerar distorções sobre o funcionamento do sistema no nível da participação política. Almond, Powell e Almeida (1972) argumentam que a formação de institucionalidades políticas é um processo no qual demandas e preferências dos cidadãos se agregam em níveis superiores os quais, simultaneamente, incorporam a grande massa de pessoas ao sistema e reduz o número de atores políticos. Como mencionamos anteriormente, um comportamento eleitoral delegativo tende a anular a pressão da contestação pública sobre as ações do governo e, conseqüentemente, a formação de institucionalidades agregadoras. Como aponta Dalton (2000), a participação política tende a reproduzir assimetrias sociais, de tal forma que a parcela escolarizada, frequentemente de maior renda e branca, tende a ser mais ativa no que diz respeito à pressão popular. Se a demografia daqueles que não são discriminados coincide com aqueles que conseguem formar institucionalidades próprias, então as decisões do governo tendem a ser enviesadas em desfavor da população marginalizada.

Como argumentou Avritzer (1995), o processo de democratização envolve dois eixos dimensionais: o processo de modernização; que modifica as bases socioeconômicas da sociedade e instaura novas instituições políticas, e a formação de uma cultura política pró-democrática; a qual depende da assimilação, por parte dos cidadãos, da democracia como um valor. Moisés (2008) argumentou que a conjugação de benefícios econômicos providos pelo regime e o processo de habituação a democracia forma o mecanismo pelo qual transições democráticas bem sucedidas ocorrem. Uma vez que jovens democracias tendem a possuir baixos níveis de capital social do tipo ponte — ou seja, níveis restritos de confiança interpessoal, devido ao passado de organização social autoritária, uma parcela expressiva do eleitorado é motivado pelo voto econômico, ou seja, o apoio político aos grupos e instituições que geram algum tipo de benefício material para suas vidas. O processo de consolidação da democracia ocorre, portanto, de forma gradual, na medida em que a exposição a instituições democráticas favorece a assimilação de modelos de negociação pelos cidadãos, os quais são transmitidos intergeracionalmente (CASALECCHI, 2016).

Como argumentaram Inglehart (1988), Inglehart e Welzel (2005) e Ribeiro (2008), a partir da teoria do desenvolvimento humano, condições socioeconômicas não são apenas relevantes do ponto de vista de assegurar o apoio da parcela da população que adere à democracia de forma instrumental, mas também porque tendem a modelar o comportamento humano na medida em que modificam o quadro de desejos e prioridades dos indivíduos. Uma vez que um país supera dificuldades existenciais básicas, como desemprego e ausência da cobertura de sistemas de saúde, os jovens podem estudar, em média, mais, desenvolvendo raciocínios mais abstratos e assimilando valores humanistas, como

a defesa da liberdade de autoexpressão, favorecendo a adesão à democracia. Uma vez que grandes problemas os quais afetam diretamente a sobrevivência dos cidadãos saem do debate político, há maior espaço para que se expanda na sociedade a percepção de que investimento público não é um jogo de soma zero no qual grupos devam disputar frações do orçamento, pois o Estado tem um efeito multiplicador significativo.

Além disso, temos motivos para que crer que há um segundo efeito da modernização sobre a adesão à democracia. A confiança interpessoal pode ser definida como a percepção, por parte de uma pessoa, de uma probabilidade favorável de receber ajuda ou colaboração de outra por motivos de altruísmo, excluindo os casos nos quais o comportamento se encontra sob coação. Ou seja, numa interação prolongada entre dois indivíduos, diz-se que existe confiança entre eles quando cada um, nas suas expectativas cotidianas, considera pequeno o risco de trapaça por parte de um deles. O espectro da confiança varia, com isso, entre a total descrença, na qual a pessoa não tem nenhuma expectativa de haver cooperação e a obrigatoriedade, na qual há certeza de que a conduta será realizada (LUNDÅSEN, 2002). Instituições políticas mais eficientes, portanto, favorecem a previsibilidade do comportamento dos atores sociais e, conseqüentemente, aumentam a probabilidade de cooperação, convergindo para os resultados encontrados por Rennó (2001) para dados da América Latina.

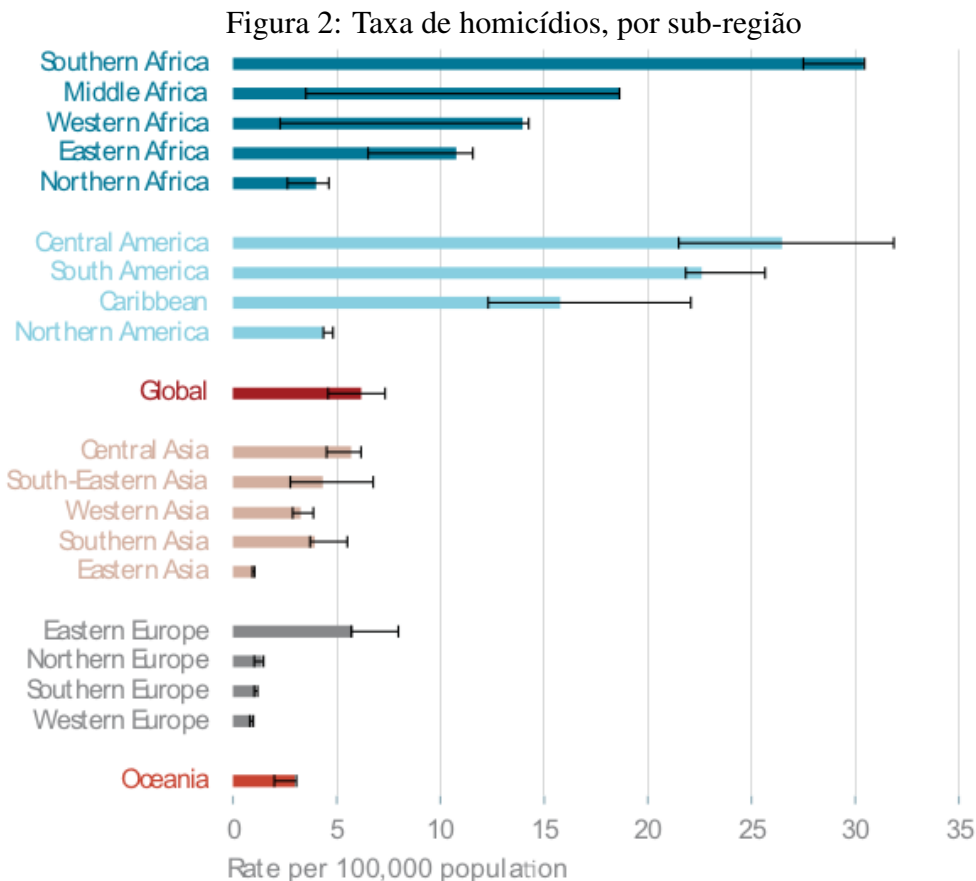
Assim, no espectro geral da construção de uma base sociocultural favorável à democracia, fatores que favorecem o processo de habituação às instituições políticas, que permitem a superação de uma percepção fragmentada da sociedade e que favorecem a construção de confiança pessoal generalizada são potenciais explicativos da adesão moral à democracia e, conseqüentemente, à estabilidade democrática.

3 A violência como tema relevante para opinião pública

O relatório global sobre homicídios apresentado pelo UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) em 2014 aponta alguns traços gerais da dinâmica dos homicídios no mundo. Segundo dados coletados de Instituições governamentais e não governamentais de 49 países, a taxa de homicídios apresenta forte polarização no globo: aproximadamente 50% dos homicídios do mundo ocorrem em países cuja população representa 11% da total. Essa alta concentração dos crimes letais intencionais está sobrescrita principalmente sob os territórios Latinos e Africanos. A América Central e a África do Sul, são os campeões, apresentam taxas de homicídios 5 e 4 vezes superiores a média global, respectivamente — 31 e 24 vítimas por 100 mil habitantes em comparação a 6,2, a média global.

Avaliando as taxas de homicídios a partir dos territórios, é bastante explícito o lugar de destaque da América Latina no topo do ranking de violência. As Américas, incluindo a América do Norte, apresentam uma taxa média de 16,3 vítimas de homicídios por 100 mil habitantes, em comparação à África, segunda colocada, com 12,5 vítimas. Contudo, observando os resultados por sub-região, expostos na Figura 2, podemos observar que são países latinos que apresentam elevadas estatísticas de violência. A América do Norte apresenta uma taxa média inferior a 5 vítimas por 100 mil habitantes, abaixo do limite definido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como homicídio epidêmico — 10 mortes por 100 mil habitantes, ao passo que todas as outras regiões do continente superam

consideravelmente a marca.

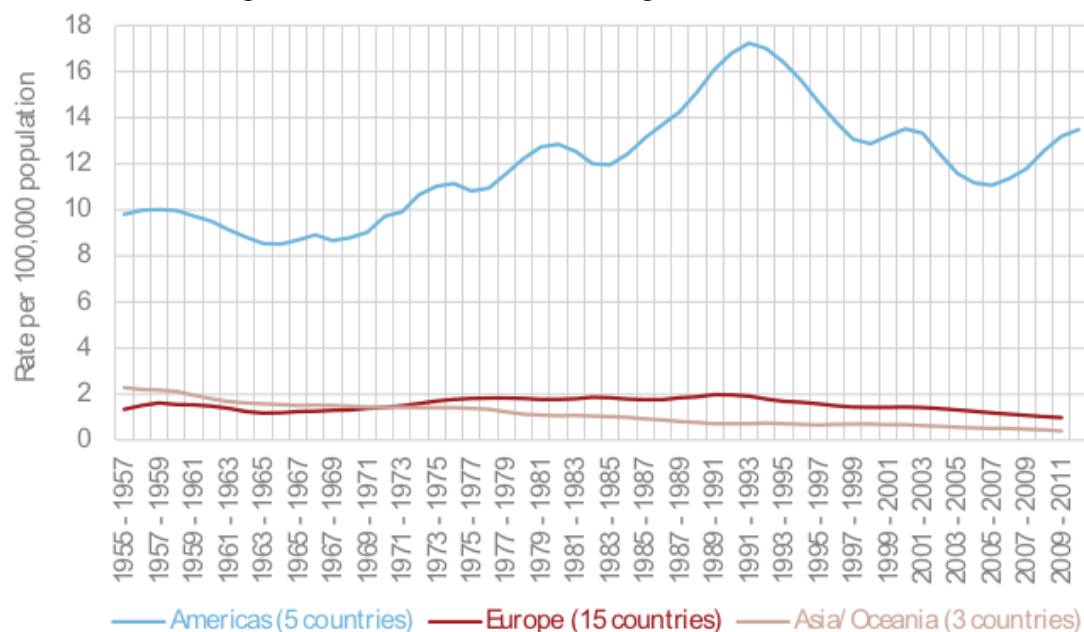


Nota: As barras representam a taxa de homicídios ponderada pelo tamanho da população baseada nas fontes dos países selecionados, com intervalos que delimitam a maior e a menor estimativa do número de homicídio baseada nas fontes adicionais de dados no nível do países.

Fonte: UNODC (2014), Homicide Statistics (2013)

Observando dados da série temporal na Figura 3 registrada pela UNODC, cujos registros se iniciam na década de 1950, é possível identificar uma tendência histórica de longo prazo, o que representa um outro componente grave do fenômeno da violência. A dependência da trajetória nas taxas de homicídios implica em uma tendência de elevação da taxa nas Américas, concentradas na América Latina, e uma retração na Europa e Ásia, o que sugere uma acentuação da polarização da criminalidade no mundo.

Figura 3: Taxa de homicídios, Regiões Seleccionadas



Fonte: UNODC (2014), Homicide Statistics (2013), WHO Mortality Database

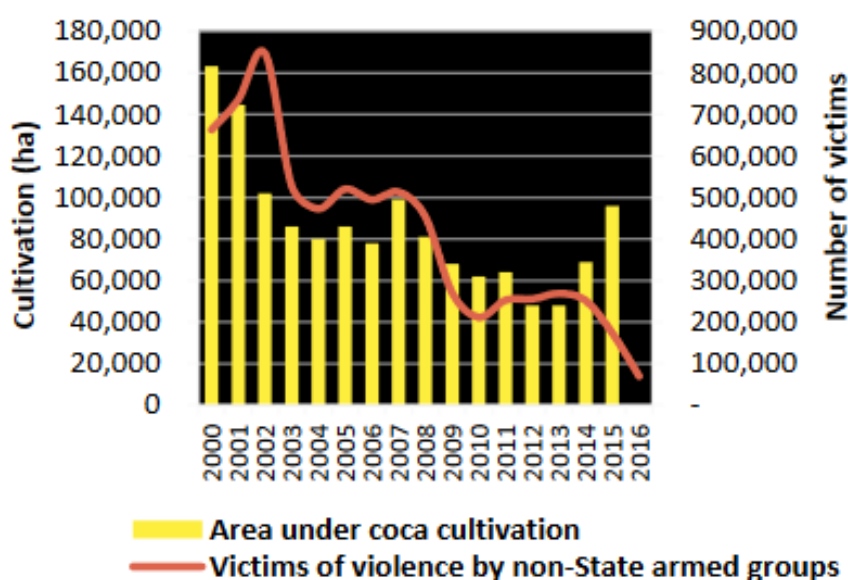
Os dados divulgados pela UNODC revelam, ainda, outra característica perversa dos homicídios nas América Latina: uma parcela significativa deles é cometida com o uso de armas de fogo. Enquanto em todas as outras regiões apresentam taxa de mortes por arma de fogo inferior a 30% dos homicídios totais, na América Latina essa cifra alcança a marca de aproximadamente 70%. Na dinâmica da violência, a prevalência de grande número de armas tende a estar correlacionada não apenas a altas taxas de letalidade, mas também a tendência de crescimento persistente do número de mortes violentas. Como dispositivos de mediação são menos eficientes para lidar com conflitos os quais podem evoluir rapidamente para homicídios, devido a presença de armas, a consequência prática é que a reversão da tendência de crescimento se torna mais difícil num contexto de altos níveis de armamentismo (WAISELFIZ, 2013; FAJNZYLBER; LEDERMAN; LOAYZA, 1998; BECKER, 1968).

Perdomo, Castillo e Torres (2016) apontaram ainda que há uma relação entre mortes causadas por arma de fogo e a amplitude das taxas de criminalidade. Analisando 22 grandes cidades na América Latina, os autores observaram que aquelas que pertencem ao grupo das mais violentas apresentam taxas de homicídio por arma de fogo inferiores a outros instrumentos letais, ao passo que, nas mais violentas, as armas de fogo são preponderantes nos homicídios. Essa relação se evidencia porque a presença de grupos criminosos organizados pressiona o mercado ilegal de armas as quais, na presença de conflitos entre facções e forças policiais, pressionam a elevação das taxas de homicídios.

O relatório World Drug Report 2017, produzido pela UNODC, apresentou evidências da relação 'mais armas, mais crime organizado', fundamentando a tese de que há interação perversa entre os dois fenômenos que favorece a explosão das taxas de violência. Na Figura 4 podemos observar que há uma associação entre a área cultivada de coca na Colômbia e o número de vítimas de grupos paramilitares. Na medida em que cocaína é um produto de alta rentabilidade para o narcotráfico, seus ganhos construíram impérios na América Latina, em especial na Colômbia e México. Parte dos seus

ganhos tendem a ser revertidos em insumos para que os grupos mantenham seu espaço no mercado, os dois principais são corrupção e armas. Em situações em que poucos grupos monopolizam a venda de drogas, a taxa de homicídios se mantém estável devido ao controle estabelecido que impede a emergência de conflitos, como no caso da Colômbia no período de apogeu dos carteis de Medellín e de Cáli. Todavia, em processos de transição de hegemonia ou de fragmentação no mercado as taxas de violência se elevam na medida em que grupos competem.

Figura 4: Vítimas Registradas¹ de Grupos Paramilitares e Área sob Cultivo de Coca, Colômbia, 2000 - 2016



Nota 1: Vítimas de ataques terroristas, homicídios, minas, sequestro, desapropriação forçada, desaparecimento forçado, tortura, etc

Fonte: UNODC (2017) e Governo da Colômbia, Colombia Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilicitos (2015) — Julho de 2016 e anos passados; Unidad para la Atención y Preparación Integral a las Víctimas, Red Nacional de Información, “Registro único de víctimas”. Disponível em <http://rni.unidadvictimas.gov.co/RUV>

As grandes proporções da violência urbana na América Latina possuem forte efeito negativo sobre as condições socioeconômicas das sociedades. Além do prejuízo associado diretamente aos crimes contra a propriedade, os custos que recaem sobre os sistema penal, penitenciário e de saúde, além das altas taxas de homicídio, concentradas nas camadas mais jovens e que reduzem a produtividade associada ao capital humano, compõe fatores associados ao custo da violência. Levando em conta a totalidade dos custos diretos com o crime e as externalidades sociais geradas, Cerqueira et al. (2007) estimou que o custo da violência no Brasil, em 2004 correspondia a 5% do PIB. Num contexto de economias frágeis nas quais a integração com o mercado internacional é de baixa competitividade, a violência tende a ser um componente perverso do desenvolvimento econômico na região. Países latino americanos disputam investimentos internacionais de risco e altamente rentáveis com outras regiões do globo. Assim, é esperado que as estimativas de Cerqueira para o caso brasileiro sejam ainda mais alarmantes para o caso de economias mais frágeis na região.

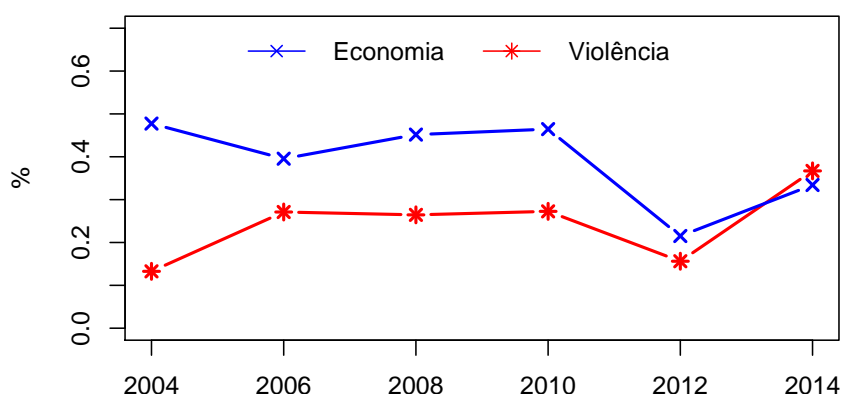
Os indicadores da violência apontam sua grande dimensão enquanto fenômeno social nas sociedades latino americanas. Diante de um problema que afeta diretamente, e intensamente, os cidadãos é esperado que haja uma reação da opinião pública, sensibilizando-se com a causa e pressionando governos por medidas que reduzam o problema.

O Barômetro das Américas é um questionário aplicado em países da América a partir de 2004 em ondas de aplicação de 2 em 2 anos pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Entre os países que participam da aplicação e compõem o território da América Latina estão 26 dos 33 países da região, abrangendo aproximadamente 97% da população. Entre as questões que são incorporadas ao questionário uma diz respeito ao principal problema do país, na perspectiva do entrevistado:

1. Em sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?

A resposta do entrevistado é feita de forma aberta e recategorizada a partir de uma grade que respeita as especificidades de cada país. Contudo, a literatura sobre o tema aponta 2 grandes grupos de respostas mais frequentes: questões econômicas e de segurança pública¹. Na figura 5 podemos observar a evolução da opinião pública. Ao longo da série histórica a economia apresenta preponderância como fator mobilizador da opinião pública, contudo, em 2014, possível observar um aumento que evidência a maior relevância que o tema violência ganhou nos anos mais recentes.

Figura 5: Opinião sobre principal problema do país. América Latina (26 países): 2004 - 2014.



Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Barômetro das Américas.

Chevigny (2003) aponta que ao longo da década de 90, sobretudo como efeito da elevação das taxas de criminalidade, na América Latina, emergiu algo que definiu como “populismo do medo”. Uma alta pressão popular difusa por mais segurança pública gerou uma indústria de marketing político em torno de planos espúrios para resolver o problema. Segundo o autor, um dos efeitos identificáveis do impacto da criminalidade sobre a opinião pública é o modo pelo qual o debate político

¹Como "questões econômicas" incluídos as categorias 'Economy, problems with, crisis of', 'Inflation, high prices', 'Unemployment', 'Poverty', 'Credit, lack of', 'External debt', 'External debt'; ao passo que como "questões de segurança pública" incluímos 'Crime', 'Drug trafficking', 'Gangs', 'Security (lack of)', 'Armed conflict', 'Violence', 'Impunity', 'Contraband', 'Narco-terrorism', 'Killers'

foi hegemonizado pela discussão sobre violência. Dammert e Malone (2003) também apontou que as altas taxas de criminalidade no território latino tendem a gerar medo mesmo em contextos de relativa parcimônia. No caso do Chile, após uma trajetória de redução da violência, a segurança pública continua sendo um fator heurístico de mobilização da opinião pública.

4 O efeito da criminalidade sobre os valores dos cidadãos

No contexto de países com tradição democrática recente, como no caso da maioria das sociedades latino-americanas, a sensação de que a democracia pode prover poucos benefícios públicos tem o potencial de gerar indiferença em relação a política e retardar o processo de habituação ao regime. O efeito que benefícios socioeconômicos têm em atrair o engajamento de uma população que não absorveu os mecanismos democráticos como valores é explicado por uma simples curva de utilidade. Se o Estado possui mais recursos em disputa, o peso relativo do voto aumenta, pois a depender do grupo político que angaria o poder, a parcela de benefícios públicos absorvida por um estrato social tende a ser maior ou menor. Na situação oposta, a participação política por meio do voto parece ser menos decisiva para a mudança das condições gerais da vida de um cidadão médio, pois os retornos da atividade política são baixos.

Downs (1999), no seu livro clássico *Uma teoria econômica da Democracia*, elaborou uma teoria que modela o comportamento dos eleitores e da atividade governamental. No núcleo base do processo decisório de optar por um partido ou por outro, está a utilidade marginal propiciada pelo governo eleito. Assim, na hora de votar, um eleitor estima a utilidade que ele adquiriria caso outro partido tivesse ganhado as eleições e compara com a utilidade produzida pelo governo que foi realmente eleito.

O modelo teórico proposto por Downs assume a racionalidade como premissa dos eleitores. Certamente há mais fatores, de nível cognitivo, ou seja, no campo das experiências cotidianas e das disposições comportamentais mais básicas, que influenciam no voto ou na adesão à democracia. Contudo, Downs aponta a chave do problema do baixo engajamento na democracia entre latino americanos: a diferença sutil na utilidade dos governos. Em caso de benefícios públicos restritos associados a grandes problemas sociais, como a violência, é razoável supor que os níveis médios de utilidade da política são baixos e, portanto, os custos relativos de se manter informado são elevados e a indecisão predomina na escolha.

A premissa de que a indiferença é exceção no processo de decisão eleitoral é fundamental para a sustentação do modelo de Downs para o comportamento dos cidadãos. Contudo, os maus indicadores socioeconômicos, dentre eles a violência, que afetam em maior ou menor medida as democracias na América Latina estendem os períodos de incerteza por tempo longo o suficiente para, sobretudo em períodos de crise, dissuadir o cidadão médio de se engajar assiduamente nos mecanismos democráticos. Sem a formação de um padrão de disposições atitudinais — um novo *habitus*, na terminologia de Bourdieu ou uma nova cultura política, nos termos de Avritzer — a racionalidade prática presente em boa parte da população impedirá que a mudança comportamental dos adultos se propague, por meio da socialização das crianças, para as novas gerações.

O componente que permite agregar sociedade civil e instituições democráticas é a confiança

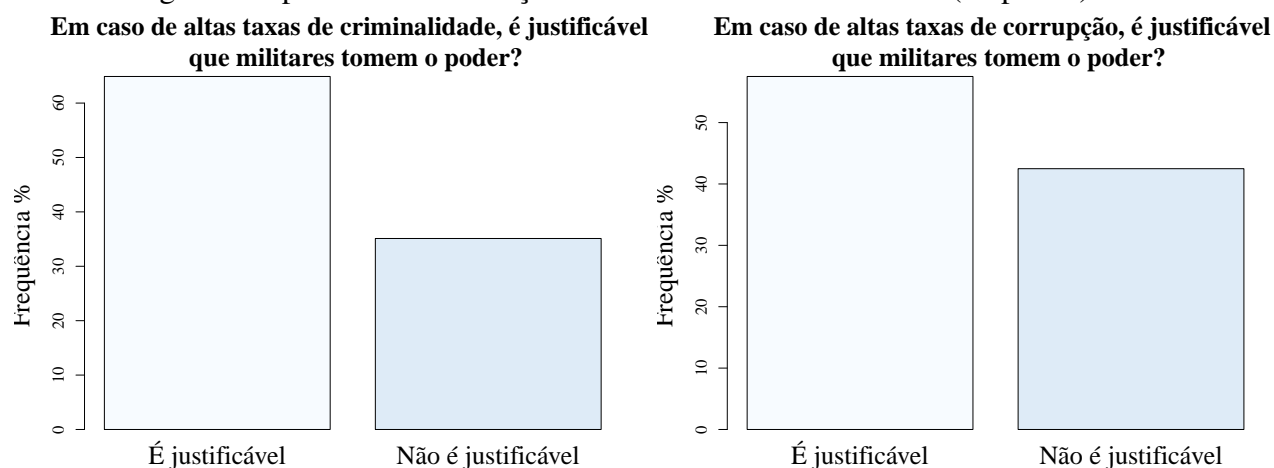
dos cidadãos no sistema e a atribuição de uma boa dose de credibilidade para a democracia enquanto forma de resolução de problemas. No caso de democracias recentes, a formação de um arranjo social horizontalizado no qual a credibilidade em soluções elitistas é transferida para as instâncias de participação política é uma meta para os grupos que defendem o processo de democratização.

Robinson e Verdier (2013) argumentam que em contextos de baixa produtividade e alta desigualdade social, os incentivos para o clientelismo são maiores, pois a presença de patronos tende a funcionar como mecanismo de redistribuição de recursos. Contudo, apesar de uma parte da literatura em ciência política tratar o clientelismo enquanto uma oposição entre sociedades primitivas e modernas, os autores apontam que ambas as formas de pacto político — tanto um sistema democrático profissional como um sistema patrimonial — envolvem confiança. Em certo nível, patronos necessitam de credibilidade para que suas promessas sejam validadas e suas negociações por apoio político também. Nesse sentido, o que determina o apoio popular a patronos ou a regimes democráticos puros é o grau de confiança que os cidadãos têm nas instituições públicas, enquanto provedoras de justiça e de benefícios socioeconômicos, e a percepção da hierarquia na influência nas decisões governamentais. Se um grupo se beneficia da alta desigualdade para influenciar as pautas políticas, então isso tende a ser indício de que buscar apoio no regime, e não na elite, não é boa estratégia para o cidadão médio.

No contexto de democracias em transição, com a presença de arranjos sociais hierarquizados, os quais geram uma dependência na trajetória que funciona como entrave para a democratização, altas taxas de criminalidade tem como efeito esperado um reforço do conservadorismo das velhas práticas. Cidadãos adultos, numa situação na qual se sentem ameaçados pela insegurança, podem flertar com a tradição autoritária presente em boa parte dos países latinos em buscar de resolver seus problemas cotidianos. Seligson e Booth (2010) apontaram que as altas taxas de vitimização por crime tendem a reduzir a satisfação dos cidadãos com a democracia e aumentar o apoio a regimes autoritários, favorecendo transições de regime, como no caso de Honduras. Fernandez e Kuenzi (2010) encontraram evidências de que as taxas nacionais de violência impactam negativamente na satisfação e apoio à democracia, sobretudo nos países com maiores taxas de criminalidade, e Carreras (2013) encontrou uma relação negativa entre vitimização por crime e satisfação com a democracia no nível individual.

Convergindo com os resultados dos artigos que testam os efeitos da criminalidade sobre a opinião pública, é possível observar um nível significativo de apoio a golpes militares entre latino americanos. Na Figura 6, a qual toma os dados do Barômetro das Américas, de 2014, de 26 países, podemos constatar a alta sensibilidade da criminalidade e da corrupção enquanto motivadores do apoio de transições autoritárias. 37 % dos cidadãos estão acham justificável um golpe militar em caso de altas taxas de criminalidade e 43,7 % em caso de altas taxas de corrupção. Esses números indicam que há um bom nível de estoque de apoio o qual, em contextos de crise, pode emergir como fator de desestabilização da democracia.

Figura 6: Opinião sobre transições autoritárias. América Latina (14 países): 2014.



Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Barômetro das Américas.

O efeito da violência, todavia, possui uma duplicidade que deve ser levada em consideração. É certo que ela possui efeito direto sobre os cidadãos condicionados pelo voto econômico, todavia uma vez que a democracia é assimilada como um valor, a sua adesão não deveria ser condicionada por fatores utilitários. Ceobanu, Wood e Ribeiro (2010) testaram os efeitos dessa distinção teórica e encontraram resultados convergentes com a tese no nível individual: vitimização por crime tem efeito sobre a satisfação com a democracia, mas não com a preferência pela democracia. De acordo com o autor, a primeira variável tende a ser um indicador da adesão utilitária, ao passo que a segunda, com a adesão moral. Dessa forma, há evidências parciais de que criminalidade não afeta adesão moral à democracia, pelo menos quando essa relação é testado como um vetor direto de causalidade.

Apesar de haver convergência das pesquisas no sentido de apontar que a vitimização e a percepção individual da violência não exercem efeito significativo sobre o apoio à democracia de forma direta, sustentamos a tese de que essa variável é um preditor relevante de forma indireta. Neste trabalho, buscamos argumentar que a experiência da vitimização não é apenas um preditor relevante da adesão utilitária à democracia, e que, portanto, seu efeito é passível de ser superado na medida em que o processo de democratização e modernização se desenvolvem em níveis suficientemente profundos, mas que a violência é um condicionante relevante da socialização dos valores das novas gerações e, assim, é um fator exógeno de desconstrução de valores democráticos.

Os efeitos da criminalidade sobre a adesão moral à democracia tendem a não ser diretamente identificados, porque, em grande medida, não atuam como um condicionante de um sistema moral já estabelecido. Bourdieu (1996) argumenta que, ao longo da vida, um indivíduo participa de campos sociais, ou seja, espaços que são regidos por normas e estruturas sociais nos quais as pessoas que fazem parte das suas dinâmicas são dotadas de motivações e propósitos semelhantes, ainda que não sejam idênticos e conscientes. Escola e família são tipos clássicos de campos sociais, mas em regiões em que a presença da vizinhança é intensa a comunidade também é um campo social do qual as pessoas participam. Todavia, há uma ressalva importante: experiências nas fases iniciais da vida tendem a ter maior impacto sobre a construção do sistema de valores de uma pessoa que experiências posteriores. Em grande medida, isso ocorre porque quanto mais habilidades para se sair bem nos campos sociais

dos quais se participa alguém adquire, maior é a tendência de que um indivíduo adquira uma “zona de conforto” caracterizado por um espaço social de práticas ao qual tende a se apegar. As percepções sobre os fenômenos sociais também tendem a ser condicionadas pelas experiências passadas, de tal modo que um adulto que incorporou valores democráticos dificilmente enxergará a alta nas taxas de criminalidade como algo associado aos valores de liberdade e justiça social que acompanham os fundamentos da democracia.

O mecanismo ao qual atribuímos o efeito indireto da violência sobre a adesão moral à democracia é uma mudança nas bases cognitivas dos cidadãos que tem como efeito mudanças atitudinais. Kahneman e Tversky (1979) apontaram que o risco e a incerteza são componentes que alteram profundamente a percepção dos custos e dos benefícios dos indivíduos. Isso explica porque em contextos no qual a sensação de insegurança é elevada o comportamento dos indivíduos sofre alterações substanciais sem que necessariamente as preferências básicas dos atores sociais sejam alteradas. Como resultado de pesquisas experimentais, contextos de alta insegurança parece ter como efeito tornar o risco bastante intolerável, ao passo que contextos de baixa insegurança, tolerável.

Todavia, há boas evidências de que a percepção do risco seja outra fonte de distorções atitudinais fruto de fenômenos cognitivos. Johnson e Tversky (1983) apontaram duas tendências básicas de viés na percepção de risco por parte das pessoas: a primeira refere-se à superestimação de mortes causadas por fatores exóticos, acompanhada da subestimação da letalidade de fatores cotidianos — dois exemplos, um em cada polo, são a percepção do risco de câncer e do risco de morrer em acidente de trânsito. A segunda tendência refere-se a superestimação da probabilidade de elementos de vitimização que são emocionalmente marcantes, como o caso dos homicídios. Dessa forma, altas taxas de criminalidade tendem a acentuar consideravelmente a percepção de risco dos cidadãos, tanto por serem elementos heurísticos bastante intensos como por alterem a estrutura básica de ação dos indivíduos, e, num contexto no qual a cooperação é necessária para formar uma rede de confiança que sustente uma base de apoio coesa para a democracia, a manifestação autêntica de altruísmo tende a ser restrita.

Schedler (2014) argumenta que experiências intensas de violência tendem a banalizar o crime e, conseqüentemente, gerar indiferença, por parte da população em geral, com as vítimas de crimes cometidos por grupos organizados. Schedler (2016) apontou que essa normalização da violência reduz o otimismo ao confiar em alguém e aumenta os custos da solidariedade, pois períodos prolongados de insegurança levam os adultos a adotar distinção e suspeita como comportamentos preventivos da vitimização. Na pesquisa que realizou entre mexicanos, incluindo famílias que perderam entes na ação de carteis de drogas, Schedler observou que a empatia com as vítimas se restringe ao grupo de pessoas que também vivenciou a perda de um membro, e que a população em geral tende a se distinguir das vítimas atribuindo a si próprios menor probabilidade de vitimização.

É possível interpretar a distinção e a indiferença, identificadas por Schedler, enquanto formas de discriminação. A atribuição de maior probabilidade de vitimização de um indivíduo, dada que a única informação sobre a vítima é que ela é uma vítima demonstra que a vitimização é tomada, por si só, como elemento para a distinção de grupos na sociedade. Como são os estratos de menor renda e de maior alvo de discriminação que tendem a ser perpetradores e alvos do crime, as conclusões do

autor sugerem que a alta criminalidade é um potencial reforçador da discriminação e da suspeição.

A discriminação é, por si só, um grande agente de marginalização em sistemas democráticos (RENNÓ et al., 2011), todavia os efeitos atitudinais gerados por um ambiente de risco e suspeita têm impacto substancial para as gerações futuras. Uma vez que as atitudes dos adultos têm efeito sobre a socialização das crianças, esses comportamentos que surgem como preventivos tendem a ser internalizados como valores pela nova geração, favorecendo uma visão discriminatória e pessimista das relações sociais. Miklikowska (2016) encontrou efeito significativo dos níveis de preconceito dos pais e do nível de preconceito dos filhos adolescentes. Na revisão de literatura e no debate entorno das conclusões, a autora argumenta que há evidências que a dinâmica do preconceito e da tolerância são vias de mão dupla, ao longo da relação entre pais e filhos. Na medida em que jovens ganham autonomia, exercem maior condicionamento sobre as atitudes morais dos pais. Ainda assim, no processo de constituição das disposições atitudinais mais básicas, pais exercem forte efeito no amadurecimento cognitivo das crianças, especialmente na primeira infância.

Bond e Lun (2014) apontaram que em nações nas quais há maior satisfação com a vida e expressão de felicidade há também uma tendência da forma de socialização das crianças tender a enfatizar a cooperação com o próximo e as atitudes de civismo como virtudes necessárias. Esses resultados sugerem que fatores que estimulem comportamento estrategicamente recluso dos pais não apenas geram efeitos nas novas gerações pelo mecanismo de assimilação, mas também que pais tendem a transferir seus padrões atitudinais diretamente a seus filhos.

Como consequência da internalização do medo como valor, é esperado a emergência de uma alta suspeição dos indivíduos e vingatividade nas relações sociais. O alto nível de suspeição tende a favorecer uma atitude defensiva e impedir a criação de novos laços sociais, ou seja, diante da oportunidade de constituir novos nódulos de apoio ou de troca, manifesta-se uma tendência de ceticismo quanto à natureza da relação que impede a manifestação dos sinais atitudinais necessários para a formação de intimidade (RODRIGUES; SÁ, 2015). Já a alta vingatividade nas relações se expressa pela fragilidade dos laços sociais formados, ou seja, mesmo que a confiança se forme, sua probabilidade de dissolução é alta. Isso pode ser especialmente observado na baixa duração média dos períodos de cooperação (AGUIAR, 2017).

Essas características, que dizem respeito a uma comportamento emocionalmente restritivo e desconfiado, foram identificadas por Ruíz (2013) entre jovens estudantes de uma escola rural da cidade de Sumapaz, na Bolívia, assolada por um duradouro conflito que se iniciou na década de 90 entre a guerrilha FARC e tropas militares. A dificuldade do pesquisador em realizar uma etnografia que estabelecesse diálogo com as crianças foi derivada, sobretudo, do silêncio e da desconfiança manifestas pelas mesmas. De acordo com o autor, as experiências de vitimização e as incursões autoritárias do governos desestabilizam a cultura participativa na região e dissolveram laços sociais formados entre a escola e outras organizações civis, como a Igreja. Como resultado da experiência de medo e da ausência de mecanismos de coesão, o autor aponta que:

Esta investigación implicó acercarme no solo a las experiencias personales con la muerte de los niños y niñas, sino a sus formas colectivas de comunicación emocional, en un contexto de (pos)conflicto. En sus narrativas aparecían diversos discursos relacionados con el ambiente, la violencia y la identidad campesina, los cuales evidenciaban una sensibilidad social propia de Sumapaz, formas particulares de

relacionarse con el territorio, la comunidad y las personas de afuera. Sin embargo, más allá del significado de habitar el páramo de Sumapaz, estas narrativas ilustraban sobre la desconfianza y el silencio, marcas características de su expresión emocional, y que constituyen un desafío para la aproximación etnográfica. (RUÍZ, 2013)

As desconfiança e o silêncio, que representaram desafios de pesquisa para o antropólogo, são sinais de empecilhos para o estabelecimento de interações sociais que vão além a comunicação necessária para a realização da pesquisa. É intuitivo deduzir que a introversão identificada nas crianças são resultantes da construção de um visão pessimista e violenta da realidade social. Essa visão modela o comportamento e as preferências das pessoas e, certamente, apresentam-se como fatores endógenos redutores da confiança interpessoal e, conseqüentemente, da adesão à democracia.

A teoria durkheimiana do suicídio aponta que esse tipo de óbito é condicionado por um conjunto de fatores macrosociais. Em contextos nos quais instituições e regras de uma sociedade estão sob ameaça, na medida em que a população passa por momentos de instabilidade — como quando em guerras ou depressões econômicas — as taxas de suicídio se elevam na medida em que parte da população se sente órfã de um sentido coletivo para as suas ações cotidianas (DURKHEIM, 1897).

Numa derivação dessa abordagem para os estudos criminológicos, a teoria do desengajamento postula que as taxas de violência crescem na proporção em que as comunidades locais perdem efeito em condicionar o comportamento das crianças. Chioda (2017) encontrou evidências de que a fragilidade dos laços sociais entre vizinhos está correlacionada a maior percepção de insegurança e maiores taxas locais de homicídios. Ou seja, além dos custos cognitivos da Vitimização para a Adesão à Democracia, há expectativas de que a deterioração da confiança interpessoal alimente as dinâmicas locais de criminalidade na medida em que desprotege um importante mecanismo de prevenção da violência: a mediação realizada pelos próprios indivíduos.

5 O teste da hipótese

Assumimos como hipótese de partida da pesquisa que a Vitimização pelo Crime têm efeito negativo sobre o apoio à democracia com adversidades, na medida em que desfavorecem as condições de emergência de otimismo no engajamento nas relações sociais. A confiança interpessoal e o senso de que a sociedade funciona em consonância com as regras estabelecidas coletivamente compõem fortes preditores da adesão moral à democracia uma vez que estão associadas a disposições cognitivas que se conjugam com a visão de um arranjo social mais descentralizado, necessário para o processo de democratização. Esse efeito, portanto, é independente da eficiência das instituições punitivas ou fatores socioeconômicos.

Para realizar o teste da hipótese, utilizaremos dados do Barômetro das Américas do ano de 2014, de 14 países², os quais abrangem 85% da população da América Latina.

Nas seções seguintes apresentaremos as variáveis que utilizaremos para os testes da teoria proposta e os modelos que utilizaremos para isso.

²Os países foram selecionados da base de dados do Barômetro da Américas segundo um único critério: possuírem respostas para as questões utilizadas para construção das variáveis de interesse. Os países que integram o grupo analisado são: México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Peru, Paraguai, Uruguai, Brasil, Dominican Republic e Jamaica

5.1 Apresentação das Variáveis

Para a construção da variável dependente — Apoio à Democracia — utilizaremos as indicações de Bratton (2007) e Chu et al. (2008) e comporemos um índice a partir da soma das respostas, convertidas para escala numérica, das perguntas:

1. “Com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. está mais de acordo: (a) Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou um não democrático, ou (b) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, ou (c) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.”
2. “Na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar... (a) Quando há muito crime (b) Diante de muita corrupção”
3. “O(A) sr./sra. acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república feche o Congresso e governe sem o Congresso?”

A pergunta 1 mensura a preferência pela democracia ao passo que a 2 e 3, rejeição a regimes autoritários. O uso de um indicador da adesão moral à democracia limita a correlação direta entre eficiência institucional e adesão à democracia, uma vez que atribui valor negativo para o apoio utilitário ao regime e a tolerância à regimes autoritários que provenham benefícios públicos.

Conforme apontam os autores, a utilização desse índice também amplia a consistência das respostas dos entrevistados, uma vez uma parcela significativa das pessoas que apresentam preferência alta pela democracia estão dispostas a aderir a regimes autoritários em caso de adversidades. Casalecchi (2016) apontou que há, entre latino americanos, um *gap* entre a manifestação da preferência por democracia e o compromisso democrático, expresso pela rejeição a formas autoritárias de regime. Enquanto 75,9% manifestam preferência, apenas 42,4% manifestam compromisso.

Utilizamos Confiança Interpessoal como variável de mediação, ou seja, o fator ao qual atribuímos o papel de ser sensível ao efeito da vitimização ao passo que está relacionada do ponto de vista estatístico e teórico a adesão à democracia. A variável foi construída a partir das respostas para a única pergunta disponível no questionário que menciona diretamente a confiança interpessoal:

1. Agora, falando das pessoas daqui, o(a) sr./sra. diria que as pessoas daqui são muito confiáveis, algo confiáveis, pouco confiáveis, nada confiáveis?

A medida de confiança interpessoal guarda alguns problemas de imprecisão. O principal deles é a impossibilidade de verificar quem os respondentes consideraram como “pessoas daqui” para responder a pergunta. Pessoas as quais apresentam perfil mais otimista em relação a confiar em outras pessoas, tendem a pensar naqueles com os quais convivem com maior frequência como “pessoas em geral”, e essa distorção da medida tende a se agravar com a intensidade dos laços pessoais com as pessoas mais próximas (AQUINO, 2017). Assim, não é possível isolar, com essa pergunta, a confiança generalizada, associada a civismo, da restrita, não necessariamente pró-democrática. Apesar dos problemas de mensuração da variável, esperamos que ela funcione como um indicador de que a

predisposição para respostas positivas para a pergunta apontam para uma medida para o pensamento positivo na interação com os outras pessoas.

Pressupomos que os problemas na medida são aleatórios e não sistemático, o que implica que a variável retém suas características em termos de média condicional, contudo possui um ruído que amplia seu desvio padrão. No caso de identificação de relação estatisticamente significativa no teste da hipótese, é possível garantir que uma medida mais adequada para otimismo nas relações confirmaria o sinal do vetor de efeitos.

No caso de uma abordagem cognitivista do comportamento político é relevante discutir as disposições atitudinais envolvidas na manifestação de opiniões pró-democráticas. A Confiança Interpessoal mensura parte da disposição de alguém a ser amistoso em interações sociais, o que nos resultados de Axelrod e Hamilton (1981) e Dawkins (1976) estão associados a maior probabilidade de cooperação se estabelecer em um grupo social. Essa característica individual também tende a estar em consonância com a adoção de uma visão igualitária da sociedade, uma vez que altruísmo e empatia são características frequentemente conjugadas a uma mesma gramática de relações sociais.

Para construir a variável exógena Vitimização por Crime, utilizamos algumas perguntas constituirão um índice envolvendo a vitimização direta, ou seja, a experiência própria que os indivíduos tiveram com o crime, e a vitimização indireta, derivada da vitimização de familiares e amigos próximos. Consideramos ponderar a experiência da vitimização pelo nível de proximidade na qual ela foi experimentada. Supomos que alguém que foi vítima de crime em sua própria residência tende a assimilar maior efeito da violência do que alguém que foi vítima em outro país.

As perguntas que compõem o índice são:

1. O(A) sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses?
2. O(A) sr./sra. pode me dizer em que local esse crime ocorreu?
3. Quantas vezes o(a) sr./sra. foi vítima de crime nos últimos doze meses?
4. Alguma outra pessoa que mora na sua casa foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses?

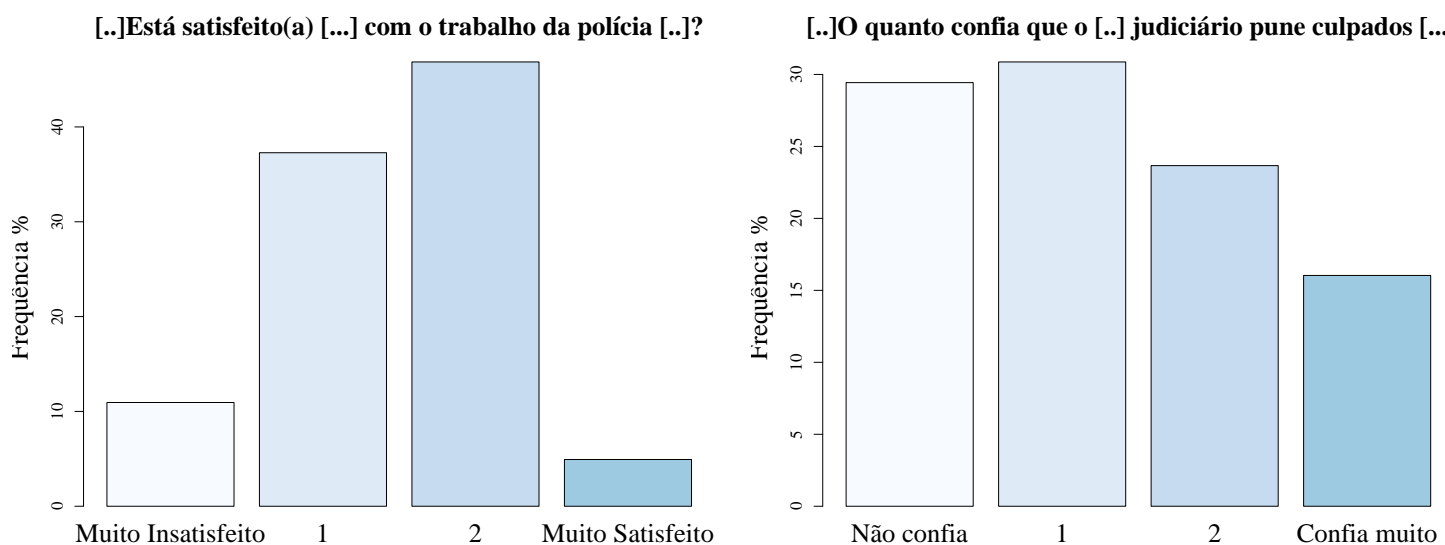
Um dos problemas encontrados nessa variável é a presença de grande número de zeros. 69,3% dos entrevistados não experienciaram qualquer nível de violência, ao menos no que diz respeito às variáveis utilizadas. Esses resultados não estão em contradição com as informações de nível nacional que apresentamos. As perguntas versam sobre a vitimização num ano de referência específico. Assim, assumindo que a probabilidade média de experienciar a vitimização em um ano é de aproximadamente 30%, a probabilidade de ficar ileso a crimes ao longo de 5 anos, por exemplo, é de apenas 16%.

Apesar da variável estar em consonância com as informações que possuímos sobre a violência na América Latina, o inflacionamento de zeros acena para a necessidade do uso de técnicas não paramétricas para estimação dos efeitos da vitimização, uma vez que enviesam uma estimação por mínimos quadrados ordinários (ZUUR et al., 2009).

Partimos da soma de duas perguntas que mensuram a percepção da eficiência da polícia em atender uma ocorrência e a percepção da probabilidade de um criminoso ser condenado pelo sistema

judiciário para compor a variável exógena Confiança nas Instituições Punitivas. Já a variável exógena Percepção da Violência, é parcialmente medida pela resposta para pergunta que pede ao entrevistado que mensure a probabilidade de ser vítima de assalto ou roubo.

Figura 7: Variáveis que compõem índice de Confiança no Sistema Punitivo



Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Barômetro das Américas.

Na Figura 7 podemos observar as estatísticas de frequência das duas variáveis. Entre os latino americanos, há uma opinião equilibrada em relação a satisfação com o trabalho da polícia e, em geral, desconfiança na capacidade do sistema judiciário em punir criminosos. A média das variáveis são, respectivamente 1,46 e 1,26. Testando a relação entre as duas variáveis por meio de um modelo de regressão com as *dummies* para países, a fim de controlar parte da heterogeneidade da amostra, como no caso dos testes realizados na Tabela ??, na página 34, encontramos como resultado que o efeito padronizado da satisfação com a polícia sobre a confiança no sistema judiciário é de 0,22, estatisticamente significativo ao nível de 5%. O modelo não visa explicar causalidade, apenas mensurar correlação, que nesse caso, aponta para o fato de que as duas variáveis possuem uma dimensão comum a qual atribuímos o rótulo do nosso índice: Confiança no Sistema Punitivo.

As variáveis de controle serão compostas por satisfação com a vida, escolaridade, renda, idade, cor, sexo – categoria de referência: mulher — e o número de filhos. A fim de minimizar a redução da amostra devido a valores omissos presentes nas variáveis de controle, substituiremos dados faltantes por uma amostra aleatória retirada do próprio banco de dados. Não esperamos que essa técnica gere viés na estimação, dado que os dados estão sendo substituídos por valores randômicos.

5.2 Apresentação dos Modelos

A hipótese que pretendemos testar relaciona a Adesão à Democracia aos níveis de Confiança Interpessoal, a Experiência de Vitimização, a Confiança no Sistema Punitivo e a Percepção de Insegurança. A hipótese, todavia, incorpora premissas que envolvem efeitos indiretos de uma variável sobre a outra, uma vez que assumimos o ponto de vista que as variáveis criminológicas são condicionantes

do Otimismo, que está associado à Adesão à Democracia. O efeito das variáveis deve levar em consideração um conjunto de variáveis de controle, cuja função no modelo é dar robustez à estimação e garantir que o impacto médio de um componente do modelo seja, de fato, autêntico e não apenas produto de uma especificação ruim.

Para ajustar os modelos definitivos a serem estimados por meio de Modelos de Equações Simultâneas (SEM) realizamos o seguinte procedimento: a) estimamos 4 modelos de regressão separadamente para 4 variáveis dependentes, Adesão à Democracia, Confiança Interpessoal, Percepção de Insegurança e Confiança no Sistema Punitivo, incluindo todas as variáveis de controle nos modelos b) verificamos os resultados da estimação e retiramos as variáveis de controle não significativas, a fim de construir um sistema de equações parcimonioso.

Como resultado, chegamos ao sistema de 4 equações a serem estimadas simultaneamente, expressas por:

$$(1) d = \beta_0 + \beta_1 t + \beta_2 f + \beta_3 l + \beta_4 a + \beta_5 i + \beta_6 s$$

$$(2) t = \gamma_0 + \gamma_1 p + \gamma_2 f + \gamma_3 e + \gamma_4 l + \gamma_5 sx + \gamma_6 cr + \gamma_7 a + \gamma_8 i + \gamma_9 s$$

$$(3) f = \theta_0 + \theta_1 p + \theta_2 e + \theta_3 l + \theta_4 sx$$

$$(4) p = \delta_0 + \delta_1 e + \delta_2 l + \delta_3 a + \delta_4 s + \delta_5 ch$$

Onde nossas variáveis endógenas, ou seja, as variáveis que são afetadas por choques, são d: Adesão à Democracia; t: Confiança Interpessoal; p: Confiança na Punição; f: Percepção de Insegurança. E nossas variáveis exógenas, insensíveis a choques no modelo, são e: Vitimização; a: Idade; i: Renda; s: Escolaridade; sx: Sexo(Mulher); c: Cor(Branco); ch: Filhos.

Numa estimação por equações simultâneas é possível descumprir alguns dos pressupostos da estimação por mínimos quadrados, um deles, bastante útil para o nosso caso, a homocedasticidade do termo de erro. Quando agregamos a equação num sistema linear único, podemos ponderar a estimação dos efeitos das variáveis independentes pela matriz de covariância dos erros. Uma variável endógena, nesse sentido, é caracterizada por incorporar efeitos advindos de outras variáveis e, consequentemente, mediar os efeitos de uma equação em outra. No nosso caso, o Otimismo, a Percepção de Insegurança e a Confiança no Sistema Punitivo incorporam efeitos advindos de variação no níveis de Vitimização. Os efeitos da Vitimização interagem com as variáveis endógenas e se propagam nas equações gerando, ao final da estimação, um efeito total no qual estamos interessados.

O modelo SEM está em consonância com nossa motivação teórica e possibilita a resolução dos problemas empíricos de estimação. A hipótese subjacente a esse tipo de especificação é que os valores de algumas das variáveis independentes em um modelo de regressão são função de outras variáveis. Ou seja, no processo de estimação dos coeficientes do modelo, devemos levar em consideração não apenas a variância explicada por uma variável de interesse, mas também a parcela da variância explicada que é fruto dos efeitos de outras variáveis sobre a variável de interesse. Essa hipótese leva em conta a distinção de variáveis endógenas, ou seja, preditoras no modelo principal e preditas nos modelos secundários, de variáveis exógenas, as quais são preditoras das variáveis endógenas (WOOLDRIDGE, 2010).

No modelo SEM que pretendemos estimar é necessário tratar mais uma fonte de enviesamento da estimativa dos efeitos da Vitimização. Como possuímos dados de uma painel de países, nossa amostra é heterogênea, ou seja, os indivíduos entrevistados são condicionados por fatores de ordem cultural e socioeconômica que pertencem à dimensão nacional. Num modelo estatístico que busca identificar os efeitos de uma variável sobre a outra fatores que são potenciais preditores da variável dependente que não foram incluídos no modelo tendem a permanecer latentes nos resíduos e também atuarem como um tipo específico de multicolinearidade: a endogeneidade.

Nos modelos de regressão que estimamos separadamente para cada uma das equações estruturais incluímos dummies para os países a fim de controlar o efeito da endogeneidade advinda da heterogeneidade da amostra derivada do fato de 14 países comporem os dados utilizados na estimação. Para o realizar o mesmo tipo de controle numa estimação SEM é necessário adotar uma técnica diferente que emule o efeito das dummies de controle para os países. A técnica em questão é *Within Regression*, uma maneira de padronizar os valores das variáveis com base nas médias nacionais e, assim, retirando o efeito hierárquico dos países.

Um Modelo com dados em Painel com Efeitos Fixos simples pode ser expresso por uma variável dependente y que varia ao longo de i observações e c países, sendo explicada por uma variável independente x de iguais dimensões e uma variável p , que varia em c países e é fixo entre das observações de cada país. A variável c é responsável por transformar o intercepto β_0 em variável aleatória e, conseqüentemente, variar entre os países e incorporar os efeitos hierárquicos advindos do pertencimento dos indivíduos entrevistados a uma esfera de interação superior: a nação. O pressuposto estatístico para isolamento da heterogeneidade da amostra é que os efeitos nacionais são os mesmos e são constantes entre os integrantes do mesmo país.

Na equação 'Painel com Efeitos Fixos' é possível observar a forma clássica do Modelo com dados em Painel com Efeitos Fixos. É possível fazer alguns transformações nessa equação a fim de padronizar os valores por país e, assim, suprir a variável p .

Painel com Efeitos Fixos:

$$y_{ic} = \beta_{0c} + \beta_{1c}x_{ic} + p_c + e_{ic}$$

Aplicando o operador de Esperança ao Painel com Efeitos Fixos:

$$E[y_{ic} - \bar{y}_c] = E[(\beta_{0c} - \bar{\beta}_0) + (p_c - \bar{p}) + (\beta_{1c}x_{ic} - \bar{\beta}_1\bar{x}_c) + (e_{ic} - \bar{e}_c)]$$

Podemos reescrever a equação como:

$$\hat{y} = \theta_0 + \theta_1\hat{x} + v$$

Onde \hat{y} e \hat{x} são as variáveis transformadas como os desvios de cada observação em relação a média da variável em cada grupo.

Utilizando essa transformação suprimimos a necessidade de incluirmos dummies para controlar o efeito dos países na medida em que transformamos todas as observações em desvios em relação ao país de pertença. Brotherhood, Ferreira e Santos (2017) utilizaram essa técnica para mensurar

o impacto da escolaridade sobre a renda, no Brasil, controlando os efeitos das desigualdades regionais na medida em que utilizaram como variáveis para o modelo os desvios em relação ao estado de pertença, o que propicia uma inferência normalizada, ou seja, sem enviesamento, na estimação. No nosso caso, o uso de *Within Regression* é necessário pois num modelo SEM o uso de dummies para controlar o efeito hierárquico de país ou de ano gera, rapidamente, modelos hiper parametrizados, uma vez que precisaríamos incluir as dummies para todas as equações. Como há uma relação entre quantidade de parâmetros e volatilidade do modelo (MEYER, 1970), então o uso de dummies para países é inviável.

Tabela 1: SEM - Efeitos Fixos. Var. Dep: Percepção de Insegurança

Variáveis Dependentes	Variáveis Independentes	Efeito Padronizado	P-valor
Adesão à Democracia			
	Confiança Interpessoal	0,107	0,00***
	Percep. de Insegurança	-0,038	0,00***
	Satisfação com a vida	0,041	0,00***
	Idade	0,013	0,00***
	Renda	0,012	0,00***
	Escolaridade	0,019	0,00***
Confiança Interpessoal			
	Conf. Punição	0,051	0,00***
	Percep. Insegurança	-0,211	0,00***
	Vitimização	-0,011	0,00***
	Satisfação com a vida	0,110	0,00***
	Mulher	-0,082	0,00***
	Branco	0,091	0,00***
	Idade	0,005	0,00***
	Renda	0,003	0,06***
	Escolaridade	0,010	0,00***
Percepção de Insegurança			
	Conf. Punição	-0,170	0,00***
	Vitimização	0,070	0,00***
	Satisfação com a vida	-0,051	0,00***
	Mulher	0,120	0,00***
Conf. Punição			
	Vitimização	-0,121	0,00***
	Satisfação com a vida	0,136	0,00***
	Idade	0,003	0,00***
	Escolaridade	-0,023	0,00***
	Filhos	0,008	0,18

Efeito Total da Vitimização = -0,007, N = 16717; *** p-valor < 0,00, ** p < 0,01, *: p < 0,05; sem estrelas: não significante.

Na Tabela 1 estão os resultados da estimação por equações simultâneas das equações estruturais (SEM) que especificamos — equações 1, 2, 3 e 4. Na equação que possui Adesão à Democracia como variável dependente podemos observar efeito significativo de Percepção de Insegurança sobre o

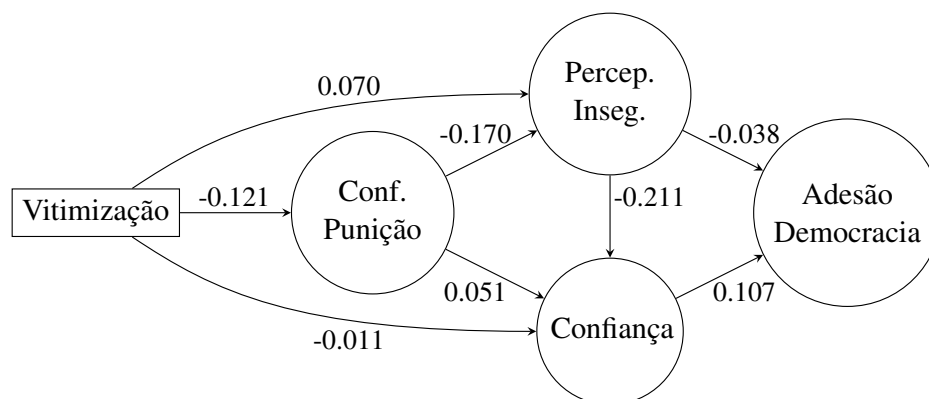
comportamento político dos cidadãos. Além disso, como esperado, a Confiança Interpessoal apresentou a maior elasticidade — a variação em 1 desvio padrão na variável Confiança Interpessoal implica em aumento de 0,107 desvios padrão na Adesão à Democracia — entre as variáveis independentes, destacando seu papel como importante condicionante dos sentimentos pró-democráticos. A Confiança na Punição e a Vitimização não se revelaram significativas, portanto foram excluídas do modelo.

Na equação que possui Confiança Interpessoal como variável dependente podemos observar as variáveis que possuem efeitos indiretos sobre Adesão à Democracia mediados pela Confiança Interpessoal. As variáveis criminológicas — Confiança na Punição, Percepção de Insegurança — apresentam efeitos significativos, em especial as duas primeiras. A Vitimização, apresentou um efeito brando — 0,011 desvios padrão — que, apesar de pequeno, corrobora as expectativas da teoria.

Na equação que possui Percepção de Insegurança como variável dependente identificamos efeitos significativos da Confiança na Punição e da Vitimização sobre a variável. Além de revelarem, do ponto de vista metodológico, presença de multicolinearidade entre as variáveis criminológicas, também endossam a tese de que a violência é um fenômeno social complexo, no qual, frequentemente, seu condicionantes se reforçam e geram aspecto de circularidade na dinâmica. Confiança na Punição e Vitimização têm efeitos, respectivamente, de 0,17 e 0,07 desvios padrão, que correspondem propagam, por meio da Percepção de Insegurança, efeito sobre Confiança Interpessoal e sobre Adesão à Democracia. Isso também ocorre com a equação que possui Confiança na Punição como variável dependente. Nela podemos observar efeito significativo de Vitimização.

Calculando os efeitos da Vitimização sobre a Adesão à Democracia podemos isolar 3 principais vetores. O efeito via Confiança Interpessoal, que é calculado a partir da multiplicação $\gamma_3 * \beta_1$, corresponde ao efeito da Vitimização na Adesão à Democracia por meio da redução dos níveis de confiança, é estimado em -0.001. O efeito via Percepção de Insegurança, calculado por $\theta_2 * \beta_2 + \theta_2 * \gamma_2$, é estimado em -0.004. Por fim, o efeito via Confiança no Sistema Punitivo, calculado por $\delta_1 * \gamma_1 + \delta_1 * \theta_1 * \beta_2 + \delta_1 * \theta_1 * \gamma_2 * \beta_1$, é estimado em -0.002. Somando todos os efeitos chegamos a conta de final de uma elasticidade da Vitimização de -0.007, que representa o efeito total. Isso significativa que a variação em 1 desvio padrão do nível de Vitimização gera uma redução em 0,007 desvios padrão na Adesão à Democracia.

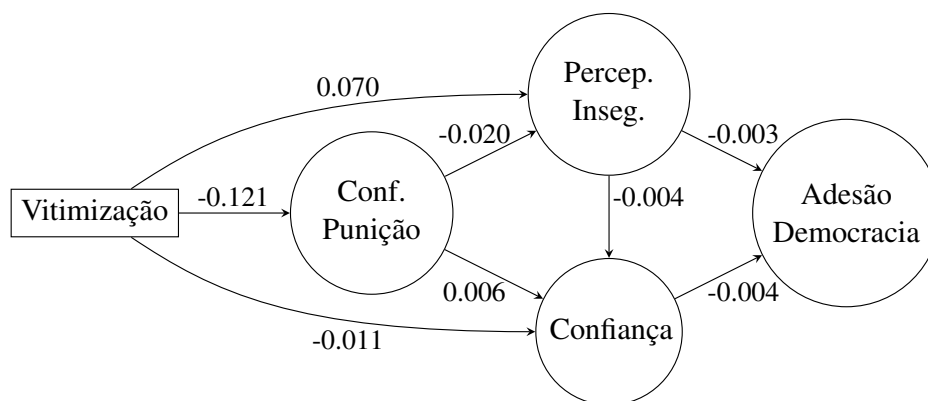
Figura 8: Sumário dos Efeitos - SEM



Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Barômetro das Américas.

Observando, na Figura 8, os efeitos da Vitimização desagregados pela variáveis de mediação podemos entender melhor a dinâmica do impacto da variável. A Percepção de Insegurança se revelou uma variável especialmente significativa na medida em que apresentou o maior efeito tanto sobre a Adesão à Democracia como sobre o Confiança Interpessoal. Isso explica porque o efeito da Vitimização via Percepção de Insegurança possui maior grandeza. Podemos inferir, com isso, que a criminalidade tem impacto na redução dos níveis de Confiança principalmente quando a Percepção de Insegurança é alta. Por outro lado, a Confiança na Punição é um condicionante relevante da Percepção de Insegurança. Enquanto a variação em 1 desvio padrão na Vitimização aumenta a Percepção de Insegurança em 0,07 desvios padrão, a variação em igual grau na Confiança na Punição reduz em 0,17 desvios padrão. O mesmo, efeito, todavia, não ocorre em relação aos efeitos da Confiança na Punição e da Vitimização sobre o Otimismo: a Percepção de Insegurança tende a ter efeito preponderante.

Figura 9: Sumário dos Efeitos da Vitimização - SEM



Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Barômetro das Américas.

Na Figura 9 podemos observar os efeitos da Vitimização em cada nó do esquema que expressa a transmissão do impacto de uma equação para outra no modelo SEM. Ao final da ponderação, a Confiança Interpessoal — o mecanismo de mediação de interesse no modelo — transfere um efeito negativo de módulo igual a 0,004 para a Adesão à Democracia. Isso significa que se a Vitimização aumenta em 1 desvio padrão, por meio da sua associação direta e indireta com o Confiança, a Adesão à Democracia reduz 0,004 desvios padrão. A Percepção de Insegurança, que também funciona como uma variável de mediação para os efeitos da Vitimização, transfere um impacto menor que o Otimismo, porém ainda significativo, de 0,003.

Esses resultados corroboram a tese de que a criminalidade tem impacto negativo na opinião pública principalmente quando é acompanhada de baixas expectativas de que os crimes cometidos serão punidos. Na Figura 9, podemos observar que Vitimização transfere maior efeito para reduzir Confiança Interpessoal transmitindo efeito por meio da redução da Confiança na Punição em comparação a transmissão de efeito por meio de Percepção de Insegurança — 0.006 em comparação a 0.004. Assim, um indivíduo que foi vítima de crime, mas acredita na eficiência da justiça e da polícia, tende, em média, a se sentir mais seguro que alguém que, mesmo não sendo vítima, não deposita igual confiança na punição de criminosos. Nesse sentido, a manifestação de altruísmo, a qual en-

volve fortes componentes morais e afetivos, também é condicionada pela percepção dos indivíduos da capacidade de normatização do Estado das relações sociais. Num contexto de baixa capacidade de punição, uma cidadão médio infere que detratores do contrato social não terão incentivos para adotar novo comportamento e, conseqüentemente, continuarão cometendo crimes. A identificação de um contexto propenso a vitimização é danoso para formação de Adesão à Democracia e, especialmente, para construção de laços sociais baseados em confiança interpessoal.

Todavia, apesar da Vitimização ter efeito de magnitude menor que Confiança na Punição e Percepção de Insegurança, ter sido vítima de crime compõe parcelas importantes da percepção do sistema punitivo, da insegurança e de Confiança Interpessoal. Dentre as variáveis criminológicas, é a Vitimização que mede o efeito da violência enquanto fenômeno social e a construção de disposições atitudinais dos indivíduos. A variável Confiança na Punição, que mensura mais diretamente percepção do desempenho institucional, apesar de determinante indireto importante, não se revelou significativo como preditora direta da Adesão à Democracia, ao passo que Percepção de Insegurança, que é mais sensível à percepção subjetiva da violência. Portanto, apesar de não ser a variável que possui maior impacto no modelo, é interessante do ponto de vista de uma teoria cognitivista da Adesão à Democracia. Ser vítima envolve mais do que concatenar informação e calcular comportamentos, pois atua diretamente no processo de socialização dos indivíduos.

As estimativas para os efeitos da Vitimização na Adesão à Democracia tendem a variar entre os 14 países que foram incluídos na amostra. A *Within Regression* não é sensível a variações significativas do coeficiente entre os países, ou seja, é necessário verificar a possibilidade de que apenas um grupo pequeno de países eleve o efeito da Vitimização para patamares estatisticamente significativos. Como uma forma de verificar a eficiência da estimação e testar se o efeito da Vitimização não está restrito a uma parte pequena dos nossos dados, coletamos os resultados da estimativa dos efeitos totais da Vitimização, e o P-valor do parâmetro, de cada um dos países. O resultado, expresso na Tabela 2, aponta que em 8 dos 14 países a estimação foi significativa, oferecendo evidências parciais de que se trata de um modelo generalista de explicação para o efeito da Vitimização na Adesão à Democracia na América Latina.

Comparando o efeito da Vitimização por país, Colômbia, Uruguai e Paraguai destacam-se como os lugares onde o impacto médio é maior. Já no caso do Panamá, Costa Rica e República Dominicana o efeito foi nada significativo. Numa tentativa de verificar se na dinâmica do efeito da Vitimização há um componente de efeito hierárquico da taxa nacional de violência, conforme apontaram os resultados de Fernandez e Kuenzi (2010) e Carreras (2013) — os quais verificaram que são nos países onde há maiores taxas de violência que o efeito da Vitimização no Apoio ao Regime é mais forte — implementamos um teste adicional no qual o Módulo do Efeito da Vitimização, estimado por modelo SEM em cada um dos países, é variável dependente. Utilizando dados da Insight Crime (2014) Homicide Round-up, construímos a única variável independente do teste: logaritmo taxa nacional de homicídios por 100 mil habitantes. Como resultado, encontramos uma correlação positiva de 0,09 — P - valor de 0,76 — entre as duas variáveis — que pode ser visualizada na Figura 10. Ou seja, em média, quando a taxa nacional de homicídios aumenta, o efeito da Vitimização sobre a Adesão à Democracia é maior, porém não estatisticamente significativo.

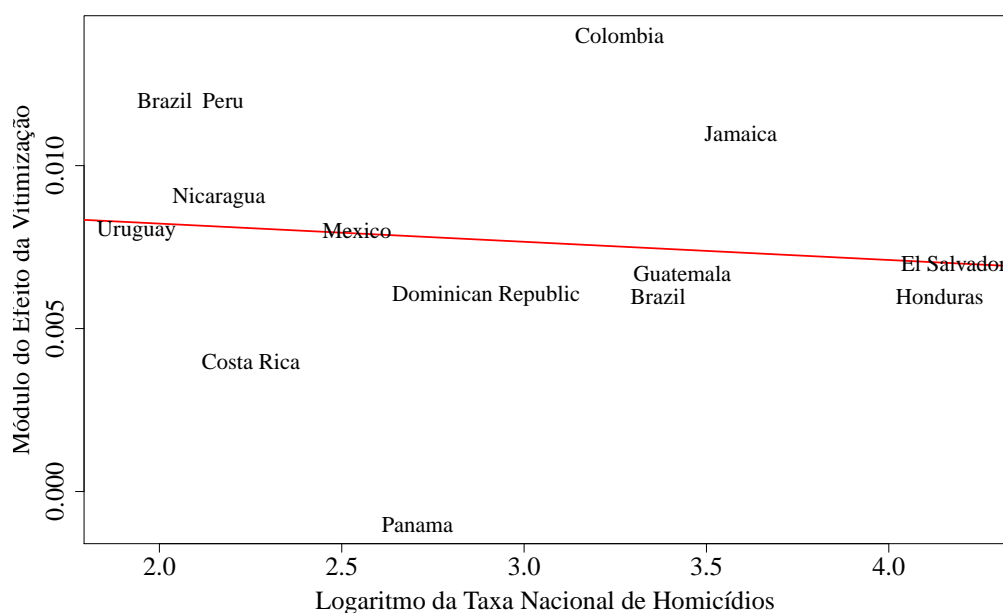
Tabela 2: Efeito Total estimado (SEM) da Vitimização por país e Taxa Nacional de Homicídios

País	Efeito Total	P-valor	Taxa de Homicídios*
Colombia	−0,014	0,00	26,1
Uruguay	−0,012	0,00	7,5
Paraguay	−0,011	0,01	8,8
Jamaica	−0,011	0,00	36,4
Nicaragua	−0,009	0,01	8,7
Mexico	−0,008	0,01	12,7
Peru	−0,008	0,05	6,6
El Salvador	−0,007	0,01	68,6
Guatemala	−0,006	0,09	31
Honduras	−0,006	0,12	66
Brazil	−0,006	0,17	29
Dominican Republic	−0,006	0,26	18,1
Costa Rica	−0,004	0,59	9,5
Panama	0,001	0,79	15

* Taxa de Homicídios por 100 mil hab. Fonte: Insight Crime (2014) Homicide Round-up

A restrição da amostra, que conta com apenas 14 países, não permite uma afirmação mais generalizada que conteste os resultados de Fernandez e Kuenzi (2010) e Carreras (2013) quanto a relação "mais violência, menos efeito da Vitimização sobre a Adesão à Democracia". Todavia, nossa tentativa de reprodução das suas conclusões falhou e, portanto, não encontramos razões empíricas, nesse trabalho, que justifiquem a construção de modelos multinível.

Figura 10: Efeito Total da Vitimização (SEM) vs Taxa Nacional de Homicídios



Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Barômetro das Américas e Insight Crime (2014) Homicide Round-up.

6 Conclusão

A hipótese que orientou o trabalho é de que a criminalidade reduz a Adesão à Democracia por meio da corrosão da propensão dos indivíduos de cooperarem uns com os outros. A premissa subjacente a essa hipótese baseia-se na teoria do capital social proposta por Putnam (2000), a qual relaciona a construção de laços sociais entre os indivíduos e seu engajamento nas instituições políticas. Apesar da cooperação que se estabelece espontaneamente entre pessoas frequentemente atender à resolução de problemas triviais para ordem pública, como uma pequena obra na casa de um vizinho ou a ajuda com o cuidados das crianças, há bons motivos para crer que essas pequenas atitudes formam predisposições cognitivas favoráveis à demonstração de altruísmo em diversos contextos, inclusive na construção de uma opinião sobre o arranjo político (SULLIVAN; TRANSUE, 1999).

Os resultados do teste, realizado a partir da estimação de *Within Regression* com equações estruturais (SEM), identificaram que a Vitimização apresenta efeito significativo sobre a Adesão à Democracia. Tipicamente, índices de apoio ao regime que visam mensurar o apoio intrínseco à democracia tendem a ser independentes em relação a fatores de preferência utilitária, principalmente corrupção e criminalidade, que compõem duas das variáveis incorporadas ao índice com rejeição a alternativas autoritárias (BRATTON, 2007; CHU et al., 2008). Ou seja, a variável que mede Adesão moral à Democracia mensura um tipo de apoio que resiste em situações de adversidade. Contudo, no nosso modelo, no qual captamos o efeito da Vitimização sobre as variáveis condicionantes da Adesão intrínseca ao regime, é possível identificar que Otimismo e a Percepção de Insegurança são correlacionados à Vitimização, a qual propaga seu efeito sobre a variável reduzindo os valores de Otimismo e aumentando os de Percepção de Insegurança.

O Efeito Total da Vitimização sobre a Adesão à Democracia, composto pela soma do Efeito via Otimismo (EvO), Efeito via Confiança na Punição (EvP) e Efeito via Percepção de Insegurança (EvI), merece alguns apontamentos importantes. Primeiro, o EvI teve maior magnitude entre os efeitos, o que pode ser observado a partir do efeito da Percepção de Insegurança como principal variável preditora do Otimismo e da Adesão à Democracia. Além disso, o modelo SEM que estimamos possui 2 variáveis de mediação: o Otimismo e a Percepção de Insegurança, sendo a primeira responsável pela maior transferência de efeitos. O EvP tem um efeito de menor magnitude, uma vez que é condicionante importante da Percepção de Segurança, porém exerce efeito restrito sobre o Otimismo. Ainda sim, o EvP teve efeito mais significativo que o EvO, que é sutil. O Efeito Total da Vitimização, ao final, é brando, 0,007 — uma variação em 1 desvio padrão na Vitimização gera uma redução em 0,007 desvios padrão na Adesão à Democracia.

Esses resultados sugerem que há uma composição de teorias que explicam a relação entre Vitimização e Adesão à Democracia. Teorias de abordagem racionalista tendem a privilegiar a análise dos efeitos mediados pela Percepção de Insegurança, uma vez que eles explicam como a violência compõe informação para adoção de comportamento. Já as teorias cognitivistas tendem a privilegiar a mediação dos efeitos realizada pelo Otimismo, o qual mensura disposições cognitivas dos entrevistados. A interpretação da probabilidade de ser vítima de um crime faz parte de um nível subjetivo mais superficial e, portanto, mais dependente da conjuntura dos fatores de interesse. A predisposição para cooperação e demonstração de altruísmo, por outro lado, tende a ter mais inércia ao longa da vida de

um indivíduo, pois depende, principalmente, de condicionantes socioculturais que atuam na primeira infância. O fato da Percepção de Insegurança e do Otimismo mediar, respectivamente, 42% e 58% dos efeitos da Vitimização mantém aberto o debate sobre o vetor preponderante da dinâmica do impacto da Vitimização.

A estimação dos efeitos da Vitimização, todavia, merecem uma contextualização importante: estimando o Efeito Total da Vitimização (ETV) em cada um dos 14 países da amostra separadamente em 8 deles o parâmetro foi significativo. Esse resultado, apesar de não refutarem as evidências positivas que encontramos para nossa hipótese, permitem contradizer a generalidade do modelo. Numa investigação sobre a razão da significância restrita do SEM, relacionamos a magnitude do efeito do ETV à taxa nacional de homicídios, a fim de verificar se nossos resultados reiteravam a convergência de conclusões na literatura quanto a preponderância do efeito significativo em países cujas taxas de criminalidade são mais elevadas. Contudo, não encontramos evidências de que a magnitude do ETV cresce, em média, quando a taxa nacional de homicídios aumenta.

Referências

- AGUIAR, D. P. “*Marcado para Morrer*”: *Moralidades e socialidades das crianças na comunidade do Serviluz*. Dissertação (Mestrado) — UFC, Fortaleza. Ceará, 2017.
- ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five countries. Princeton: Princeton university, v. 3, 1963.
- ALMOND, G. A.; POWELL, G. B.; ALMEIDA, N. *Uma teoria de política comparada*. [S.l.]: Zahar, 1972.
- AQUINO, J. A. d. *Evolução da cooperação entre antropóides virtuais: um modelo computacional baseado em agentes*. Tese (Doutorado), 2008.
- AQUINO, J. A. de. The meaning of trust for brazilians with higher education. *Social Indicators Research*, v. 130, p. 325–349, jan 2017.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 28, 1995.
- AXELROD, R.; HAMILTON, W. D. The evolution of cooperation. *Science*, v. 211, n. 4489, p. 1390–1396, 1981.
- AYRES, R. L. *Crime and violence as development issues in Latin American and the Caribbean*. [S.l.]: World Bank Publications, 1998.
- BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. In: *The economic dimensions of crime*. [S.l.]: Springer, 1968. p. 13–68.
- BOND, M. H.; LUN, V. M.-C. Citizen-making: The role of national goals for socializing children. *Social Science Research*, Elsevier, v. 44, p. 75–85, 2014.
- BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião pública*, SciELO Brasil, v. 11, n. 1, p. 147–168, 2005.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. [S.l.]: Papirus Editora, 1996.
- BRATTON, M. Formal versus informal institutions in Africa. *Journal of Democracy*, The Johns Hopkins University Press, v. 18, n. 3, p. 96–110, 2007.
- BROTHERHOOD, L. M.; FERREIRA, P. C.; SANTOS, C. A. R. Education quality and returns to schooling: evidence from migrants in Brazil. Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, 2017.
- CARRERAS, M. The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin American. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 48, n. 3, p. 85–107, 2013.
- CASALECCHI, G. Á. *Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais*. Tese (Tese de Doutorado) — UFMG, Belo Horizonte, apr 2016.
- CEOBANU, A. M.; WOOD, C. H.; RIBEIRO, L. Crime victimization and public support for democracy: evidence from Latin American. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford University Press, v. 23, n. 1, p. 56–78, 2010.
- CERQUEIRA, D. R. et al. Análise dos custos e consequências da violência no brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2007.

- CHEVIGNY, P. The populism of fear: Politics of crime in the Americas. *Punishment & Society*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 5, n. 1, p. 77–96, 2003.
- CHIODA, L. *Stop the Violence in Latin American*. [S.l.]: Washington, DC: World Bank, 2017.
- CHU, Y.-h. et al. Public opinion and democratic legitimacy. *Journal of Democracy*, The Johns Hopkins University Press, v. 19, n. 2, p. 74–87, 2008.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. [S.l.]: Harvard university press, 1994.
- CORBACHO, A.; PHILIPP, J.; RUIZ-VEGA, M. Crime and erosion of trust: Evidence for Latin American. *World Development*, Elsevier, v. 70, p. 400–415, 2015.
- CUNHA FILHO, C. M.; COELHO, A. L.; PÉREZ FLORES, F. I. A right-to-left policy switch? an analysis of the Honduran case under Manuel Zelaya. *International Political Science Review*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 34, n. 5, p. 519–542, 2013.
- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. [S.l.]: Edusp, 1997.
- DALTON, R. J. Citizen attitudes and political behavior. *Comparative political studies*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 33, n. 6-7, p. 912–940, 2000.
- DAMMERT, L.; MALONE, M. F. T. Fear of crime or fear of life? public insecurities in Chile. *Bulletin of Latin American Research*, Wiley Online Library, v. 22, n. 1, p. 79–101, 2003.
- DAWKINS, R. *The selfish gene*. [S.l.]: Oxford university press, 1976.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. first. São Paulo: Edusp, 1999. (Clássicos).
- DUNBAR, R. I.; SHULTZ, S. Evolution in the social brain. *science*, American Association for the Advancement of Science, v. 317, n. 5843, p. 1344–1347, 2007.
- DURKHEIM, E. *De la division du travail social: étude sur l'organisation des sociétés supérieures*. [S.l.]: F. Alcan, 1893.
- DURKHEIM, E. *Le suicide: étude de sociologie*. [S.l.]: F. Alcan, 1897.
- FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D.; LOAYZA, N. *Determinants of crime rates in Latin American and the world: an empirical assessment*. [S.l.]: World Bank Publications, 1998.
- FERNANDEZ, K. E.; KUENZI, M. Crime and support for democracy in Africa and Latin American. *Political Studies*, Wiley Online Library, v. 58, n. 3, p. 450–471, 2010.
- GEDDES, B. O quê sabemos sobre democratização depois de vinte anos? *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 7, n. 2, p. 221–252, 2001.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 1243, 1968.
- INGLEHART, R. The renaissance of political culture. *American political science review*, Cambridge University Press, v. 82, n. 4, p. 1203–1230, 1988.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2005.
- JOHNSON, E. J.; TVERSKY, A. Affect, generalization, and the perception of risk. *Journal of personality and social psychology*, American Psychological Association, v. 45, n. 1, p. 20, 1983.

- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica: Journal of the econometric society*, JSTOR, p. 263–291, 1979.
- LUNDÅSEN, S. Can we trust the measurement of trust? *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 8, n. 2, p. 304–327, 2002.
- MARTÍNEZ-ESCOBAR, F.; SÁNCHEZ-GÓMEZ, J. T. Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. In: _____. [S.l.]: Fundação Perseu Abramo, 2015. cap. O golpe parlamentar no Paraguai. A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituente do Congresso.
- MEYER, P. L. Probabilidade: aplicações à estatística. In: *Probabilidade: aplicações à estatística*. [S.l.]: Livro Técnico, 1970.
- MIKLIKOWSKA, M. Like parent, like child? development of prejudice and tolerance towards immigrants. *British Journal of Psychology*, v. 107, n. 1, p. 95–116, February 2016.
- MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 23, n. 66, 2008.
- O'DONELL, G. A. Delegative democracy. *Journal of democracy*, The Johns Hopkins University Press, v. 5, n. 1, p. 55–69, 1994.
- OHTSUKI, H. et al. A simple rule for the evolution of cooperation on graphs and social networks. *Nature*, Nature Publishing Group, v. 441, n. 7092, p. 502–505, 2006.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. [S.l.]: Edusp, 1999.
- OSTROM, E. *Governing the commons*. [S.l.]: Cambridge university press, 2015.
- PERDOMO, C. J. V.; CASTILLO, J. G.; TORRES, J. A. *Violent crime in Latin American cities*. [S.l.], 2016.
- POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 11, n. 1, p. 64–93, 2005.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. [S.l.]: FGV Editora, 2000.
- PUTNAM, R. D. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. [S.l.]: Simon and Schuster, 2001.
- REIS, B. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná, n. 21, 2003.
- RENNÓ, L. et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. [S.l.]: São Paulo: Intermeios, 2011.
- RENNÓ, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião pública*, SciELO Brasil, v. 7, n. 1, p. 33–59, 2001.
- RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e cultura política no brasil. 2008.
- ROBINSON, J. A.; VERDIER, T. The political economy of clientelism. *The Scandinavian Journal of Economics*, Wiley Online Library, v. 115, n. 2, p. 260–291, 2013.

- RODRIGUES, H. S. J.; SÁ, L. D. de. Coração de mãe é terra que ninguém anda um estudo das redes, “tramas” e conflitos de mães em luto nas favelas à. *RBSE ISSN 1676-8965*, v. 14, n. 40, p. 39, Abril 2015.
- RUÍZ, S. G. Sí, me he sentido triste, pero no se lo puedo decir": La reflexividad etnográfica en la investigación sobre emociones de la muerte con niños y niñas de sumapaz en contexto de"(pos) conflicto. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, Universidad de Los Andes, n. 16, 2013.
- SCHEDLER, A. The collapse of solidarity in criminal civil war: Citizen indifference towards the victims of organized violence in Mexico. *Browser Download This Paper*, 2014.
- SCHEDLER, A. The criminal community of victims and perpetrators: Cognitive foundations of citizen eetachment from organized violence in Mexico. *Human Rights Quarterly*, The Johns Hopkins University Press, v. 38, n. 4, p. 1038–1069, 2016.
- SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. crime, hard times, and discontent. *Journal of Democracy*, The Johns Hopkins University Press, v. 21, n. 2, p. 123–135, 2010.
- SULLIVAN, J. L.; TRANSUE, J. E. The psychological underpinnings of democracy: A selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital. *Annual review of psychology*, Annual Reviews 4139 El Camino Way, PO Box 10139, Palo Alto, CA 94303-0139, USA, v. 50, n. 1, p. 625–650, 1999.
- TOCQUEVILLE, A. d. *A democracia na América*. [S.l.]: Martins Fontes, 1998.
- TOMASELLO, M. *The cultural origins of cognition*. [S.l.]: Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.
- TOMASELLO, M. *Why we cooperate*. [S.l.]: MIT press, 2009.
- UNODC. *The Drug Problem and Organized Crime, Illicit Financial Flows, Corruption and Terrorism*. 2017.
- VALENZUELA, A. Latin American: Presidentialism in crisis. *Journal of Democracy*, The Johns Hopkins University Press, v. 4, n. 4, p. 3–16, 1993.
- VALENZUELA, A. *Democracy in Latin American since 1930*. [S.l.]: Duke-University of North Carolina Program in Latin American Studies, 1994.
- WASELFIZ, J. J. Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo. CEBELA-Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano, 2013.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. [S.l.]: MIT press, 2010.
- ZUUR, A. F. et al. Zero-truncated and zero-inflated models for count data. In: *Mixed effects models and extensions in ecology with R*. [S.l.]: Springer, 2009. p. 261–293.